

Sumário

Número de notícias: 30 | Número de veículos: 23

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Cinco desembargadores do TJ-MS são afastados e usarão tornozeleira..... 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Venda de sentenças assombra TJ-MS..... 7

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentados..... 9

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS desmente corte de benefícios..... 10

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Pec retoma a reforma da previdência..... 11

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Proposta também permite negociar dívidas e limita precatórios..... 13

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Crefisa vence 25 dos 26 lotes do leilão da folha do INSS..... 14

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Crefisa vence leilão da folha de pagamento da Previdência..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

Uruguaios votam sobre retorno da idade de aposentadoria aos 60 anos..... 16

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Senado aprova regras mais duras para aposentadorias..... 18

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

PEC obriga estados e municípios a aderirem às regras da União..... 19

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 6..... 21

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

STF vai decidir validade de contribuição do autônomo após reforma da Previdência de 2019
..... 23

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS começa a pagar aposentadorias de outubro nesta sexta (25); veja calendário..... 25

G1 - NACIONAL - TRABALHO E CARREIRA
SEGURIDADE SOCIAL

Concurso dos Correios: salário de carteiro pode até dobrar com benefícios e adicionais; confira	26
.....	
O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Veja o que pode mudar na aposentadoria de servidores estaduais e municipais se Congresso unificar regras	28
.....	
O GLOBO - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Benefícios fiscais estaduais quase triplicam em cinco anos	31
.....	
FOLHA ONLINE - SP REFORMA TRIBUTÁRIA	
Banco Mundial diz que tributação de produtos nocivos à saúde beneficia principalmente baixa renda (Reforma tributária)	33
.....	
PORTAL UOL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Banco Mundial diz que tributação de produtos nocivos à saúde beneficia principalmente baixa renda (Reforma tributária)	35
.....	
PORTAL TERRA - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Cerca de 600 mil itens podem ter preços elevados após Reforma Tributária; entenda	37
.....	
G1 - NACIONAL - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Com eleições municipais e Congresso vazio, projetos importantes para o governo estão parados; veja lista	38
.....	
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Taxação de super-ricos é prioridade, defende Haddad	40
.....	
CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - GERAL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Sefaz recupera mais de R\$ 18 mi em créditos indevidos	42
.....	
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Prévia da inflação avança para 0,54%	43
.....	
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Prévia do IPCA reforça estimativas de inflação fora da meta no ano	44
.....	
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Brasil tem de liderar debate da economia e do clima, dizem empresários	45
.....	
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Prévia da inflação tem forte alta e vai a 0,54%	54

Sexta-Feira, 25 de Outubro de 2024

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Alta do IPCA-15 mostra cenário mais desafiador 56

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Campos Neto vê exagero nos preços de mercado 58

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS
ECONOMIA

Apostas online não aumentaram dívidas, aponta estudo encomendado por bets 59

Cinco desembargadores do TJ-MS são afastados e usarão tornozeleira

PEPITA ORTEGA FAUSTO MACEDO RAYSSA MOTTA

Alvo da Operação Última Ratio, da Polícia Federal (PF), cinco desembargadores do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJ-MS) foram afastados ontem de suas funções por ordem do ministro Francisco Falcão, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Os magistrados - entre eles o presidente da Corte, Sérgio Fernandes Martins - são suspeitos de integrar um esquema de venda de sentenças judiciais e serão monitorados por meio de tornozeleira eletrônica. Um outro desembargador aposentado do TJ-MS também foi alvo da operação.

Na residência dele os policiais federais apreenderam R\$ 3 milhões em espécie.

A investigação tem como base o conteúdo do celular do advogado Roberto Zampieri, que em dezembro do ano passado foi executado com 12 tiros na porta de seu escritório, em Cuiabá, Mato Grosso, e é o pivô de uma verdadeira crise no Judiciário brasileiro.

Cerca de cinco mil diálogos recuperados pela PF no telefone do advogado já haviam levado também ao afastamento, em agosto, de outros três magistrados do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJ-MT) - dois desembargadores e um juiz de primeira instância - por suspeita de ligação com esquema de venda de sentenças.

Conhecido como o "lobista dos tribunais", Zampieri armazenou um acervo de conversas que provocam também uma tempestade no STJ ante a suspeita de envolvimento de um de seus ministros, Paulo Moura Ribeiro, e de servidores lotados nos gabinetes de outros magistrados da Corte superior. Ribeiro nega a prática de ilícitos.

A citação a um ministro do STJ fez subir o patamar da investigação, chegando ao Supremo Tribunal Federal (STF), a instância máxima do Judiciário, que detém competência para eventualmente processar magistrados do STJ. No Supremo, o relator da investigação será o ministro Cristiano Zanin.

Na sessão da Terceira Turma do STJ, realizada no último dia 8, a ministra Nancy Andrighi fez referência ao caso. "Não posso dizer o que sente um juiz com 48 anos de magistratura quando se vê numa situação tão

estranha como essa. O importante é que já foi localizada a pessoa, respondeu a sindicância e está aberto o PAD (Procedimento Administrativo Disciplinar) no tribunal." Zampieri foi assassinado aos 59 anos e deixou digitais em decisões sobre grandes demandas, especialmente referentes a disputas de terras, em curso nos TJs de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul. Neste Estado, foram afastados, além do presidente da Corte, os desembargadores Vladimir Abreu da Silva, Alexandre Aguiar Bastos, Sideni Soncini Pimentel e Marcos José de Brito Rodrigues.

Também foram afastados das funções o conselheiro do TCMS Osmar Domingues Jeronymo e o servidor do TJ-MS Danilo Moya Jeronymo.

BUSCAS. A casa do desembargador aposentado Julio Cardoso foi um dos 44 endereços vasculhados pela PF ontem no âmbito do inquérito. Os R\$ 3 milhões encontrados estavam acondicionados em uma mala.

Conforme a investigação, Cardoso é suspeito de "ilegalidades" em julgamento que levou ao "pagamento indevido" de mais de R\$ 5 milhões a uma advogada com quem mantém "estreitos laços".

A PF chegou a pedir a prisão do desembargador que se aposentou em junho, quando a investigação já estava em andamento.

Falcão negou o pedido, seguindo parecer do Ministério Público Federal. O ministro do STJ autorizou a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Cardoso.

As informações vão permitir que os investigadores mergulhem em "transações imobiliárias de grande monta realizadas pelo desembargador com o emprego de recursos de origem não rastreável".

Os agentes federais também fizeram buscas nas residências e nos gabinetes dos desembargadores afastados. Além da venda de sentenças, a ofensiva apura ainda a suspeita de crimes de lavagem de dinheiro, organização criminosa, extorsão e falsificação de escrituras públicas.

Falcão proibiu o acesso de investigados ao TJ-MS e vedou a comunicação entre os alvos.

LAVAGEM. Com a quebra de sigilo dos

desembargadores, a PF avaliou a evolução patrimonial do grupo investigado. A discrepância nos números levou os investigadores a identificar caminhos que os magistrados teriam adotado para lavar dinheiro de propinas: gado "fantasma" - por meio da simulação de compra -, casas, carros de luxo - incluindo um Jaguar -, jet sky e empréstimos de pai para filhos.

A suspeita com relação a negócios simulados de compra e venda de gado alicerça, por exemplo, a investigação sobre o presidente do TJ, Sérgio Martins, agora afastado. De acordo com os investigadores, ele teria comprado 80 cabeças de gado de seu pai. Mas ressaltam que "não foram identificadas transações bancárias que indicassem o pagamento da compra".

Segundo a **Receita Federal**, o esquema sob suspeita envolvia lobistas, advogados e servidores com "grande influência" na Corte de Mato Grosso do Sul que teriam atuado por decisões favoráveis em ações envolvendo propriedades rurais milionárias.

Os investigadores veem indícios de participação de filhos de autoridades no esquema.

Conversas obtidas pela PF indicam também que o suposto esquema de venda de decisões judiciais no TJ de Mato Grosso do Sul era conhecido por servidores do Judiciário. Natacha Neves de Jonas Bastos, assessora do gabinete do desembargador aposentado Julio Cardoso, afirma em uma conversa: "Todo mundo fala: "Ai, não sei como que o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) não pega, a Polícia Federal não pega".

VENCIMENTOS. Os cinco desembargadores afastados já receberam, cada um, mais de R\$ 1 milhão em salários em 2024 - levando em consideração a remuneração líquida entre janeiro e setembro. O TJ-MS é o que melhor remunera os magistrados em todo o País, segundo levantamento do CNJ.

O tribunal aloja 37 desembargadores - 13% da Corte, agora, está sob monitoramento eletrônico.

Os desembargadores afastados tiveram rendimentos brutos de R\$ 6,4 milhões, somados, em 2024, ou R\$ 5,2 milhões em valor líquido, após descontos de praxe. O subsídio dos magistrados de MS atropela o teto salarial do funcionalismo, que é de R\$ 44 mil brutos pagos aos ministros do Supremo Tribunal Federal.

O subsídio mensal dos desembargadores é de R\$ 39,7 mil, mas o menor valor que eles receberam foi R\$ 81,3 mil líquidos. Em alguns casos, os proventos dos magistrados bateram R\$ 210 mil.

As diligências de ontem da PF foram realizadas em três Estados - nas cidades de Campo Grande, São Paulo e Cuiabá - e no Distrito Federal. Os investigadores encontraram nos locais um verdadeiro arsenal de espingardas e revólveres. A Última Ratio é um desdobramento da Operação Mineração de Ouro, aberta em 2021, que investigou o suposto envolvimento de conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul em organização criminosa especializada em fraudes em licitações, superfaturamento de obras e desvio de recursos públicos.

Tal inquérito, por sua vez, teve origem em telefonemas interceptados na Operação Lama Asfáltica, e se debruçou sobre a suposta venda de decisões, enriquecimento ilícito, lavagem de dinheiro e contratação de funcionários "fantasmas".

Ainda havia a suspeita de que a aquisição de direitos relacionados à mineração de ouro tenha sido utilizada para lavagem de dinheiro.

"DOS DOIS LADOS". As conversas achadas no celular do advogado Roberto Zampieri, além de suspeitas de corrupção e lavagem de dinheiro, sugerem também atos de extorsão. Um desembargador do TJ de Mato Grosso sob investigação é Sebastião de Moraes Filho, que conhecia bem Zampieri. Em uma conversa com o advogado Carlos Naves de Resende, que gravou o diálogo, ele detalhou os métodos de atuação de Zampieri.

"Dizem que o Zampieri tinha ligação comigo. Ficou todo o tribunal aí, no negócio do celular dele. Sabe que o Zampieri era um cara que vendia dois lados." O suposto envolvimento com Zampieri levou ao afastamento de Moraes Filho em agosto, por ordem do então corregedor nacional de Justiça, ministro Luís Felipe Salomão.

Outros episódios colocam o desembargador sob suspeita.

Ele foi denunciado ao TJ de Mato Grosso pelo advogado Naves de Resende, que representa uma família de Rondonópolis em uma ação pela disputa de 224 hectares. Naves recorreu à cúpula do Judiciário e também ao Ministério da Justiça.

Ele pediu proteção à Justiça por causa de ameaças de morte que vem sofrendo.

Naves gravou uma conversa com o desembargador.

Ele diz a Moraes Filho que ouviu de um outro interessado na ação sobre as terras, Luciano Polimeno, que tinha "comprado" o magistrado.

Naves gravou também o diálogo com Polimeno. Ele mostrou essa gravação ao desembargador.

Nela, Polimeno diz que está "gastando muito" e citou nominalmente Moraes Filho.

Outro áudio entregue à Corregedoria do TJ de Mato Grosso mostra a reação do desembargador ao ser confrontado por Naves sobre suposto recebimento de propinas. "Eu sou magistrado, não faço acordo, mas que f.d.p.", disse Moraes.

"DIREITO DE DEFESA". Os alvos da investigação foram procurados, mas não haviam se manifestado até a noite de ontem.

Em nota, o Tribunal de Justiça afirmou que os "investigados terão certamente todo o direito de defesa e os fatos ainda estão sob investigação, não havendo, por enquanto, qualquer juízo de culpa definitivo".

"O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul seguirá desenvolvendo seu papel de prestação jurisdicional célere e eficaz, convencido de que aos desembargadores, magistrado e servidores referidos será garantido o devido processo legal", diz o **comunicado**.

"O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul seguirá desenvolvendo seu papel de prestação jurisdicional célere e eficaz, convencido de que aos desembargadores, magistrado e servidores referidos será garantido o devido processo legal"

Tribunal de Justiça de MS Em nota

Na mata

R\$ 3 milhões é o montante em espécie apreendido na casa de um desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de MS

PARA LEMBRAR

No Tocantins, queixas sobre propina parcelada

I Operação Máximus

A Polícia Federal deflagrou no dia 23 de agosto a Operação Máximus para apurar a suspeita de venda de sentenças no Tribunal de Justiça do Tocantins envolvendo desembargadores, juízes e advogados.

Na ocasião, agentes foram às ruas para cumprir dois mandados de prisão preventiva e vasculhar 60 endereços no Tocantins, em Minas Gerais, em São Paulo, em Goiás e no Distrito Federal

I STJ

A ofensiva foi aberta por ordem do ministro João Otávio de Noronha, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Além de autorizar a abertura da ofensiva, Noronha afastou magistrados dos cargos da Corte estadual

I Áudios

Durante a apuração que atingiu o TJ do Tocantins, a PF disse ter encontrado diálogos "estranhos". Segundo os investigadores, as gravações revelaram a "insatisfação" de magistrados com os pagamentos de propina feitos de forma fracionada, além da "demora" dos repasses

I "Espúrios"

Para a corporação, as gravações "demonstram de forma clara que a organização criminosa sob suspeita atua de forma orquestrada para garantir interesses espúrios no Tribunal de Justiça do Tocantins"

I Crimes

A ofensiva apura suspeita de crimes de corrupção ativa, exploração de prestígio, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Segundo a PF, o nome da ofensiva faz referência à personagem do filme Gladiador, Máximus, "que lutou contra a corrupção na cúpula do poder no Império Romano".

Quando a operação foi aberta, a Corte estadual informou que repassou todas as informações necessárias aos investigadores

I Salários

Pelo menos cinco desembargadores, citados na Operação Máximus, da PF, inclusive a presidente do Tribunal de Justiça do Estado, ganharam em junho mais de R\$ 100 mil líquidos, ou quase três vezes acima do teto do funcionalismo.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Venda de sentenças assombra TJ-MS

» RENATO SOUZA

Cinco desembargadores do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (TJ-MS) foram afastados dos cargos, por 180 dias, sob suspeita de venda de sentenças e corrupção.

Eles foram alvos da Operação Última Ratio, deflagrada ontem pela Polícia Federal, que investiga um esquema de lavagem de dinheiro, extorsão, falsificação e organização criminosa.

Os desembargadores afastados são Sérgio Fernandes Martins, presidente do TJ-MS; Vladimir Abreu da Silva; Alexandre Aguiar Bastos; Sideni Soncini Pimentel; e Marcos José de Brito Rodrigues. Eles não quiseram se manifestar sobre o caso.

A suspensão deles dos cargos foi autorizada pelo ministro Francisco Falcão, relator do caso no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A Corte também avalizou o cumprimento de 44 mandados de busca e apreensão. Além dos magistrados, foram alvo das diligências nove advogados, **servidores públicos** e empresários.

Falcão decidiu que todos os investigados terão de usar tornozeleira eletrônica e os proibiu de acessarem o tribunal e se comunicarem entre eles.

As buscas ocorreram em Campo Grande, Brasília, São Paulo e Cuiabá. As ações tiveram o apoio da **Receita Federal** e é um desdobramento da Operação Mineração de Ouro, deflagrada em 2021 (leia Memória).

Corte se manifesta Em nota, o TJ-MS disse que as determinações estão sendo regularmente cumpridas, sem prejuízo a quaisquer dos serviços judiciais prestados à população e que "não afetam de modo algum os demais membros e componentes da Justiça sul-mato-grossense".

"Os investigados terão certamente todo o direito de defesa, e os fatos ainda estão sob investigação, não havendo, por enquanto, qualquer juízo de culpa definitivo. O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul seguirá desenvolvendo seu papel de prestação jurisdicional célere e eficaz, convencido de que, aos desembargadores, magistrado e servidores referidos, será garantido o devido processo legal", destacou o tribunal.

Durante as buscas, os agentes apreenderam quase

R\$ 3 milhões na casa do desembargador aposentado Júlio Roberto Siqueira Cardoso. Os valores foram encontrados em espécie, em notas de R\$ 50, R\$ 100, R\$ 200 e em dólar. Também foram recolhidos documentos, computadores, celulares e arquivos de informática. Cardoso se aposentou do TJ-MS neste ano, depois de uma carreira de 40 anos na magistratura.

Em outros endereços, foram apreendidas armas, como pistolas, revólveres e espingardas, de acordo com informações da Polícia Federal.

As investigações apontam que filhos dos magistrados, em sua maioria advogados, eram usados para mascarar o caminho do dinheiro pago em propina no esquema de venda de sentenças.

Os escritórios de advocacia eram utilizados, de acordo com as investigações, para lavar dinheiro.

"Em sua maioria, advogados e sócios de escritórios de advocacia utilizariam de suas pessoas jurídicas na intenção de burlar os mecanismos de rastreamento do fluxo de dinheiro", aponta o trecho do relatório policial enviado ao Poder Judiciário para obter autorização de realização da operação.

"Os investigados terão certamente todo o direito de defesa, e os fatos ainda estão sob investigação, não havendo, por enquanto, qualquer juízo de culpa definitivo" Trecho da nota do TJ-MS

Saiba mais

Advogado assassinado

A investigação tem como base o conteúdo do celular do advogado Roberto Zampieri, que em dezembro do ano passado foi executado com 12 tiros na porta de seu escritório, em Cuiabá, Mato Grosso. Cerca de cinco mil diálogos recuperados pela PF no telefone do advogado já haviam levado também ao afastamento, em agosto, de outros três magistrados do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJ-MT) - dois desembargadores e um juiz de primeira instância - por suspeita de ligação com esquema de venda de sentenças.

Conhecido como o "lobista dos tribunais", Zampieri foi assassinado aos 59 anos e deixou digitais em decisões sobre grandes demandas, especialmente referentes a disputas de terras, em curso nos TJs de

Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul.

Memória

Suspeitas em série

A Última Ratio é um desdobramento da Operação Mineração de Ouro, aberta em 2021, que investigou o suposto envolvimento de conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul em organização criminosa especializada em fraudes em licitações, superfaturamento de obras e desvio de recursos públicos.

Esse inquérito, por sua vez, teve origem em telefonemas interceptados na Operação Lama Asfáltica, e se debruçou sobre a suposta venda de decisões, enriquecimento ilícito, lavagem de dinheiro e contratação de funcionários "fantasmas".

Ainda havia a suspeita de que a aquisição de direitos relacionados à mineração de ouro tenha sido utilizada para lavagem de dinheiro.

Segundo a **Receita Federal**, a partir dos elementos colhidos na Mineração de Ouro "foi possível identificar que lobistas, advogados e **servidores públicos** de grande influência se reuniram com a autoridade responsável pela decisão para que esta lhes fosse favorável, prejudicando outras partes da lide que, em alguns casos, foram derrotadas em causas envolvendo propriedades rurais milionárias".

Envolvidos O Fisco aponta ainda indícios de envolvimento de advogados e filhos de autoridades no esquema. Ao longo do inquérito, os investigadores identificaram situações em que o magistrado responsável pela decisão já havia sido sócio do advogado da parte interessada.

Magistrados afastados

Sérgio Fernandes Martins Sérgio Fernandes Martins, presidente do TJMS. Ele está no tribunal desde 2007 e faz parte do chamado quinto constitucional, em que as vagas são ocupadas por membros do MP e OAB, sem realização de concurso.

Vladimir Abreu da Silva O desembargador Vladimir Abreu é juiz de carreira e foi promovido a desembargador em 2008, em razão de merecimento. Ingressou na magistratura como juiz substituto, na Comarca de Campo Grande, em fevereiro de 1986.

Sideni Soncini Pimentel Desembargador Sideni Soncini Pimentel, eleito para presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul a partir do ano que vem. Ele está na Corte desde 2008 e é juiz de carreira,

ou seja, concursado.

Marcos José de Brito Rodrigues Marcos José de Brito Rodrigues ingressou na magistratura como juiz substituto, em 1988. Foi promovido por merecimento para o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul em 2008.

Alexandre Aguiar Bastos Alexandre Aguiar Bastos foi juiz substituto do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul (TRE-MS) e também faz parte do chamado quinto constitucional nas vagas destinadas a advogados.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6561/25-10-2024.html?all=1>

Aposentados

A grande maioria da população aposentada no Brasil recebe de um a dois salários mínimos de benefícios. Como o trabalhador com carteira registrada recebe auxílio do governo, seria justo também incluir os aposentados do **INSS** nesse rol de beneficiários, uma vez que muitos deles vivem em situação de vulnerabilidade social, mesmo com esse salário.

Pelo menos esse auxílio poderia ser temporário, seguindo regras para situações adversas e de necessidade, principalmente para aqueles que não têm casa própria, já que uma grande parte da aposentadoria é utilizada para moradia.

Outra parte é destinada a medicamentos e despesas similares. O governo federal e os governos estaduais poderiam estudar projetos sociais para promover justiça social e garantir mais dignidade a essa população.

CÉLIO BORBA, Curitiba- PR

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=18192>

INSS desmente corte de benefícios

O Instituto Nacional do Seguro Nacional (**INSS**) faz alerta de que é falsa a afirmação de que o governo federal cortaria 800 mil benefícios de idosos com mais de 60 anos, principalmente aposentadorias. O boato, que foi compartilhado nas redes sociais, alega que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva teria confirmado a suposta lista.

Hoje o **INSS** tem dois pentes-finos em andamento para a revisão de benefícios: do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e de auxílios- doença, mas não há uma lista de cortes com 800 mil benefícios, segundo o **INSS**. Nem todos os convocados terão o benefício cortado, conforme explicou o instituto.

O instituto faz, desde agosto, o pente-fino para a revisão do BPC, voltado para quem não tem inscrição no Cadastro Único ou está há mais de 48 meses sem atualizá-lo. O BPC é um benefício assistencial pago a idosos a partir de 65 anos e pessoas com deficiência de baixa renda, que está previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas).

De acordo com o Ministério da Previdência, mais de 500 mil pessoas estão sendo convocadas para realizarem cadastro no Centro de Referência e Assistência Social (Cras) do seu município. Em um segundo momento, outras 517 mil serão avisadas sobre a necessidade de atualização cadastral.

Além dos beneficiários do BPC, também estão sendo convocadas para revisão outras 680 mil pessoas seguradas que recebem auxílio- doença (benefício por incapacidade temporária) por mais de dois anos. Segundo informou o governo, o Departamento de Perícia Médica Federal tem capacidade para realizar 800 mil perícias.

O ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, afirma que a medida tem o objetivo de garantir que aqueles que recebem o benefício, de fato, precisam dele. "É uma determinação do presidente Lula: dar direito a quem tem direito. Não é justo pagar benefício a quem não precisa. Isso faz com que falte dinheiro para pagar quem realmente tem direito", afirma.

Quem está na revisão?

O cidadão pode checar se faz parte da revisão do BPC diretamente no aplicativo ou no site do Meu **INSS**. Lá poderá saber se o CPF está incluído na lista de cadastro ou atualização de informações junto ao MDS.

Dentro do site ou no aplicativo do Meu **INSS**, é preciso abrir a aba "Benefícios"; ir em "Revisão do BPC"; informar o CPF e clicar em "consultar".

Caso o beneficiário seja convocado para a revisão e não compareça ao Cras de seu município, o pagamento do benefício será bloqueado em 30 dias, a contar do envio da notificação.

Os beneficiários também podem ligar para a Central 135 e solicitar o desbloqueio. Com a ligação, o cidadão terá o prazo de 45 ou 90 dias, a depender do município onde reside, para atualizar os dados.

Passado o tempo limite, o BPC será bloqueado.

As convocações estão sendo feitas desde o dia 1º de agosto por meio de mensagens push pelo Meu **INSS** (Da Folhapress).

500 MIL ESTÃO SENDO CHAMADOS PARA SE CADASTRAR NO CRAS

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=18192>

Pec retoma a reforma da previdência

THAÍS BARCELLOS - BRASÍLIA

MUDANÇA NAS APOSENTADORIAS

Uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) já aprovada no Senado quer retomar parte da discussão da Reforma da Previdência de 2019 para obrigar estados e municípios a adotarem, ao menos, as mesmas condições do regime próprio dos servidores da União. Cinco anos após a aprovação da mudança nas regras gerais da aposentadoria, alguns estados e a maioria dos municípios com regime próprio têm critérios de acesso ao benefício mais brandos que a União, prejudicando finanças locais, segundo especialistas.

O texto da PEC 66 foi aprovado sem chamar muita atenção no Senado e está em discussão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. Ele prevê que os regimes próprios de **previdência social** (RPPS) de estados, Distrito Federal e municípios seguirão as mesmas regras da União, exceto se adotarem "regras mais rigorosas quanto ao equilíbrio financeiro e atuarial".

O projeto dá prazo de 18 meses para que os governos regionais promovam alterações. Caso contrário, passa a valer imediatamente o ordenamento hoje vigente para os benefícios federais.

Dentre as principais mudanças realizadas pela Reforma da Previdência de 2019 para os servidores está o aumento da idade mínima para aposentadoria. Antes de 2019, os funcionários públicos do sexo masculino precisavam de 60 anos de idade e 20 anos de contribuição e do sexo feminino, 55 anos de idade e 20 anos de contribuição.

Com a reforma, a idade mínima passou para 65 anos e 62 anos, respectivamente, além de, ao menos, 25 anos de contribuição, dez anos no serviço público e cinco anos no último cargo. Mas foram criadas duas regras de transição para quem já estava na ativa.

Na primeira, o servidor soma idade e tempo de contribuição. Neste ano, a pontuação é de 91 para mulheres e 101 para homens. Mas, além dos pontos, é preciso cumprir idade mínima -57 anos (mulheres) e 62 anos (homens) - e tempo de contribuição mínimo - 35 anos para os homens e 30 anos para as mulheres. Eles precisam estar há 20 anos no setor público e há cinco anos no cargo.

Há ainda a regra do pedágio, que prevê que o servidor paga 100% do tempo que falta para se aposentar de acordo com as regras antigas. Ou seja, se na época da reforma faltavam quatro anos para se aposentar, o servidor teria de trabalhar por oito anos. Mas há também exigência de idades mínimas, de 57 para as mulheres e 60 para homens.

Em relação à unificação de regras, a Reforma da Previdência só obrigou os entes federativos a criarem regimes de **Previdência complementar** e a ajustarem a alíquota de contribuição, seja a progressiva adotada pela União (7,5% a 22%) ou uma taxa mínima de 14%.

Na prática, a PEC 66 quer retomar as regras vigentes até 2019, quando as condições de acesso ao benefício eram iguais para os funcionários públicos da União, estados e municípios. Havia liberdade apenas para definir as alíquotas de contribuição previdenciária e eventuais cotas extras para cobrir o déficit.

PEC PARALELA"

Na tramitação da reforma, a discussão sobre os servidores de estados e municípios foi separada da proposta original e colocada na chamada PEC paralela, que ficou travada na Câmara. Assim, governos regionais ficaram livres para adotar as próprias regras, o que causa distorções por todo o país.

Das 27 unidades federativas, o Distrito Federal e mais seis estados (Amazonas, Roraima, Amapá, Maranhão, Pernambuco e Tocantins) não alteraram suas legislações. Dentre os municípios, são 2.092 que têm regime próprio, dos quais apenas 755 adequaram as regras à reforma previdenciária de 2019, ou 36,09%, segundo o painel de acompanhamento mantido pelo Ministério da **Previdência Social**. Nas capitais, 15 não atualizaram o regramento: Rio Branco, Maceió, Macapá, Manaus, Goiânia, São Luís, Cuiabá, Belo Horizonte, Belém, Rio de Janeiro, Porto Velho, Boa Vista, Florianópolis, Aracaju e Palmas.

O economista Rogério Nagamine acrescenta que, dentre os estados que alteraram suas legislações, 12 definiram regras mais brandas que as da União: Rondônia, Acre, Tocantins, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

-Tem muita regra diferente, fica uma salada. No caso dos municípios, o levantamento mostra que dois em

cada três não fizeram reforma ou não fizeram nos moldes da Emenda 103 (Reforma da Previdência). O ideal é que todo mundo tenha a mesma regra, mas os parlamentares não quiseram ter o ônus político com servidores municipais e estaduais e ficou uma bagunça - diz Nagamine, lembrando que a pressão do funcionalismo é maior sobre prefeitos, vereadores, governadores e deputados estaduais.

EQUILÍBRIO FISCAL

Segundo o ex-secretário de Previdência Leonardo Rohm, a diferenciação imposta está causando grandes injustiças e déficits previdenciários maiores nos locais em que não houve qualquer reforma ou que as regras ficaram muito mais brandas.

Ele cita, por exemplo, que professores do ensino fundamental do Distrito Federal são beneficiados em relação aos pares de cidades goianas próximas que fizeram reformas, como Novo Gama, a menos de 1 hora do centro de Brasília, com cinco anos a menos para conseguir acesso à aposentadoria.

-O déficit atuarial dos municípios está em R\$ 1,1 trilhão, o dos estados, em R\$ 3,1 trilhões. Se somar o da União (R\$ 1,5 trilhão), dá praticamente outra dívida do país - disse o ex-secretário da Previdência, acrescentando que a alíquota extraordinária média para cobrir o déficit é de 16% no país. -Não é por acaso que ninguém mais consegue fazer investimento em infraestrutura, só o básico e o obrigatório. E mais ou menos um terço dos municípios não tem dinheiro para pagar o básico.

Para ele, a medida prevista na PEC 66 é benéfica para os municípios e vai colocar "ordem na casa". Nagamine avalia que a obrigação vai significar redução da despesa previdenciária no médio e longo prazo.

-É importante fazer a correção do retrocesso que teve em 2019 de aplicar regra diferente para os servidores estaduais e municipais - disse Nagamine.

Após a PEC paralela, já houve tentativas de igualar as regras para os servidores de todo o país, como a PEC 38, elaborada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e encampada por um grupo de deputados.

No caso da PEC 66, o texto original tratava apenas do parcelamento das dívidas previdenciárias dos municípios e da limitação do pagamento dos precatórios das prefeituras -ordens de pagamento decorrentes de decisões judiciais definitivas.

A adequação dos regimes próprios dos entes

federativos à Reforma da Previdência foi incluída em substitutivo apresentado no plenário do Senado pelo relator, senador Carlos Portinho (PL-RJ). A mudança foi feita, segundo ele, após amplo diálogo com o Poder Executivo e sugestões por parte do Ministério da Fazenda.

A medida, porém, gera revolta entre servidores estaduais e municipais. O Fórum das Carreiras de Estado (Fonacate) manifestou preocupação com a proposta, especialmente com a obrigação de realização de novas reformas pelos governos regionais, ainda que já tenham aprovado mudanças nos regimes próprios.

Para o Fonacate, há violação do pacto federativo e a autonomia dos entes subnacionais, "ao impor uma obrigação que desconsidera as peculiaridades e necessidades locais".

- Por que um estado ou município, que está com as contas em dia, tem que aumentar sua contribuição? - diz a secretária-geral do Fonacate, Rivana Ricarte.

"O déficit atuarial dos municípios está em R\$ 1,1 trilhão, o dos estados, em R\$ 3,1 trilhões. Se somar o da União (R\$ 1,5 trilhão), dá praticamente outra dívida do país. (...) Não é por acaso que ninguém mais consegue fazer investimento em infraestrutura, só o básico e o obrigatório" Leonardo Rolim, ex-secretário de Previdência

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Proposta também permite negociar dívidas e limita precatórios

(Thaís Barcellos)

A PEC também prevê outras medidas para aliviar o caixa dos municípios: o parcelamento de dívidas previdenciárias e a limitação de pagamento de precatórios -que são ordens de pagamentos decorrentes de decisões judiciais definitivas. Dados do Senado apontam que a dívida previdenciária dos municípios totaliza cerca de R\$ 200 bilhões.

O texto permite o parcelamento em até 25 anos das contribuições previdenciárias e demais débitos dos municípios com os respectivos regimes próprios de **previdência social**, inclusive aqueles que já foram parcelados anteriormente. A proposta também dá as mesmas condições para a quitação de dívidas municipais com o regime geral de **previdência social** (RGPS, do **INSS**) para as cidades que optaram por esse sistema para pagar a aposentadoria de seus servidores.

A Taxa Selic será a única balizadora da correção e dos juros. De acordo com o relatório final do Senado, o impacto da PEC é de R\$ 1,54 bilhão em 2024; R\$ 1,73 bilhão em 2025; R\$ 1,86 bilhão em 2026; e R\$ 1,98 bilhão em 2027.

Além do parcelamento, a proposta cria limites para pagamentos de precatórios que variam de 1% a 5% da receita corrente líquida (RCL) do ano anterior a depender do tamanho do saldo devido.

A PEC teve várias contribuições da Fazenda, como estabelecer a Selic como a taxa para a correção e a inclusão de menção expressa à responsabilização dos gestores municipais para o caso em que haja inadimplência injustificada por parte dos municípios.

Para o ex-secretário de Previdência Leonardo Rolim, essa medida é positiva, pois vai dar alívio aos municípios que estão no vermelho e torna factível o pagamento da dívida: -Não é interessante para a União ter dívida que não será paga.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Crefisa vence 25 dos 26 lotes do leilão da folha do INSS

GERALDADOCA gefalda@bsb.oglobo.com. br BRASÍLIA

A Crefisa foi a maior vencedora do leilão realizado pelo **INSS** para selecionar os bancos que vão pagar os benefícios previdenciários concedidos entre 2025 e 2029 -que serão distribuídos por meio da empresa por até 20 anos. Noventa dias após o início do pagamento, o beneficiário pode solicitar a troca de banco.

A instituição arrematou 25 dos 26 lotes regionais. Perdeu apenas o lote 3, que abrange municípios do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, para o Mercantil.

O leilão começou na terça-feira e a fase de lance pelo conjunto dos lotes terminou ontem.

As propostas vencedoras ainda precisarão passar pela etapa de habilitação, que acontece hoje.

Uma das exigências do edital é a existência de pontos físicos de atendimento em todos os locais incluídos nos lotes, o que deixou de fora bancos digitais. Isso poderá ser feito também com correspondentes bancários.

Os preços ficaram bem acima dos mínimos estabelecidos pelo **INSS**. Além da Crefisa, Mercantil, Itaú e Bradesco também demonstraram interesse, disputando a primeira colocação em vários lotes.

Assim que o leilão for concluído, o **INSS** vai calcular o valor a ser arrecadado com a folha de benefícios. Inicialmente, o órgão previa uma receita anual de cerca de R\$ 3 bilhões com o leilão.

Para elevar a receita, o **INSS** incluiu no edital uma cláusula polêmica que privilegia os bancos vencedores.

A medida cria uma carência de 90 dias para que os beneficiários possam migrar para outra instituição. Nesse período, eles somente poderão tomar crédito consignado nessas instituições pagadoras. Essa exclusividade foi derrubada na Justiça.

O leilão da folha do **INSS** vem sendo feito desde 2009, com validade por cinco anos. Os vencedores podem pagar o benefício e, em contrapartida, vender produtos bancários a esses clientes por até 20 anos ou até o fim do benefício -o que ocorrer primeiro.

Atualmente, a folha do **INSS** tem 37,8 milhões de aposentados e pensionistas. Não estão nessa conta benefícios como incapacidade temporária, acidentários e salário-maternidade.

A carência de 90 dias para ter acesso ao empréstimo consignado foi adotada no passado como uma medida de proteção dos beneficiários contra o assédio dos correspondentes bancários, além de prevenir fraudes na concessão do consignado.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Crefisa vence leilão da folha de pagamento da Previdência

BRASÍLIA

A Crefisa foi a maior vencedora do leilão realizado pelo **INSS** para selecionar os bancos que vão pagar os benefícios previdenciários concedidos entre 2025 e 2029 - que serão distribuídos por meio da empresa por até 20 anos. Noventa dias após o início do pagamento, o beneficiário pode solicitar a troca de banco.

A instituição arrematou 25 dos 26 lotes regionais. Perdeu apenas o lote 3, que abrange municípios do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, para o Mercantil.

O leilão começou na última terça-feira e a fase de lance pelo conjunto dos lotes terminou ontem.

As propostas vencedoras ainda precisarão passar pela etapa de habilitação, que será realizada hoje.

Uma das exigências presentes no edital é a existência de pontos físicos de atendimento em todos os locais incluídos nos lotes, o que deixou de fora bancos digitais. Isso poderá ser feito também com correspondentes bancários.

PRÉDIO do **INSS**: pagamentos

Uruguaios votam sobre retorno da idade de aposentadoria aos 60 anos

Uma proposta de reforma da aposentadoria no Uruguai ofuscou parte da campanha presidencial e acendeu o sinal de alerta entre governistas, opositores e analistas do mercado financeiro. Isso porque, além de votar para o Executivo e o Legislativo, os uruguaios opinarão também sobre o tema, que pode abrir uma crise fiscal no país de 3,4 milhões de habitantes.

A consulta foi convocada após a maior central sindical do país, a PIT-CNT, reunir 430 mil assinaturas em favor de uma mudança na concepção do sistema previdenciário. Em resumo, a proposta elimina fundos privados de previdência - que são complementares ao sistema público -, atrela o valor mínimo da aposentadoria ao do salário mínimo e restaura a idade de 60 anos para se aposentar.

As medidas são encaradas como uma resposta ao governo de Lacalle Pou-que aprovou a reforma que elevou a idade mínima de aposentadoria para 65 anos. Essa é considerada uma das principais bandeiras do atual governo. Governistas e a maior parte dos opositoristas são contra as mudanças diante de uma expectativa de vida alta (78,1 anos) e de taxas de natalidade cada vez menores (10,5 por 1000 habitantes). Para analistas, não há como sustentar um sistema com poucos contribuintes.

As chances de aprovação, contudo, são pequenas, dizem as pesquisas. Levantamento do Instituto Cifra mostra que 41% apoiam a proposta, ante 43% na sondagem anterior, em setembro. No intervalo, houve um aumento da rejeição. Os que não apoiam passaram de 35% para 42%. Não opinaram, 17%.

Os 50% exigidos para aprovação são calculados sobre o total de votos emitidos-ou seja, contam os votos em branco e nulos. Além disso, não há uma cédula para o não, apenas para o sim. "Todos os que não opinam sobre o plebiscito, são como se fossem votos negativos", afirma o cientista político, Daniel Chasqueti, da Udelar.

Além da **seguridade social**, os uruguaios votarão sobre uma medida que estabelece a possibilidade de cumprimento de mandados judiciais durante a noite - algo que, hoje, a Constituição veda. (FT)

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188022?page=1>

§ion=2

Senado aprova regras mais duras para aposentadorias

BRASÍLIA

Uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) já aprovada no Senado quer retomar parte da discussão da Reforma da Previdência de 2019 para obrigar estados e prefeituras a adotarem, ao menos, as mesmas condições do regime próprio dos servidores da União.

Cinco anos após a aprovação da mudança nas regras gerais da aposentadoria, alguns estados e a maioria dos municípios com regime próprio têm critérios de acesso ao benefício mais brandos que a União, prejudicando finanças locais, segundo especialistas.

O texto da PEC 66 foi aprovado sem chamar muita atenção no Senado e está em discussão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. Ele prevê que os regimes próprios de **previdência social** (RPPS) de estados, Distrito Federal e municípios seguirão as mesmas regras da União, exceto se adotarem "regras mais rigorosas quanto ao equilíbrio financeiro e atuarial".

O projeto dá 18 meses para que os governos regionais promovam alterações. Caso contrário, passa a valer imediatamente o ordenamento hoje vigente para os benefícios federais. Entre as principais mudanças realizadas pela Reforma da Previdência de 2019 para os servidores está o aumento da idade mínima para aposentadoria.

Antes de 2019, os funcionários públicos do sexo masculino precisavam de 60 anos de idade e 20 anos de contribuição e do sexo feminino, 55 anos de idade e 20 anos de contribuição.

Com a reforma, a idade mínima passou para 65 anos e 62 anos, respectivamente, além de, pelo menos, 25 anos de contribuição, 10 anos no serviço público e 5 anos no último cargo. Mas foram criadas duas regras de transição para quem já estava na ativa.

Na primeira, o servidor soma idade e tempo de contribuição. Neste ano, a pontuação é de 91 para mulheres e 101 para homens. Mas, além dos pontos, é preciso cumprir idade mínima - 57 anos (mulheres) e 62 anos (homens) - e tempo de contribuição mínimo - 35 anos para os homens e 30 anos para as mulheres. Eles precisam estar há 20 anos no setor público e há

cinco anos no cargo.

Há ainda a regra do pedágio, que prevê que o servidor paga 100% do tempo que falta para se aposentar de acordo com as regras antigas. E exigência de idades mínimas, 57 para mulheres e 60 para homens.

SENADO aprovou sem chamar muita atenção a PEC que muda previdência

Limite e parcelamento de dívidas

A PEC prevê outras medidas para aliviar o caixa dos municípios: o parcelamento de dívidas previdenciárias e a limitação de pagamento de precatórios - que são ordens de pagamentos decorrentes de decisões judiciais definitivas.

Dados do Senado apontam que a dívida previdenciária dos municípios totaliza R\$ 200 bilhões. O texto permite o parcelamento em até 25 anos das contribuições previdenciárias e demais débitos com os respectivos regimes próprios de **previdência social**, inclusive os que já foram parcelados antes.

A proposta ainda dá as mesmas condições para a quitação de dívidas municipais com o regime geral de **previdência social** (RGPS, do **INSS**) para as cidades que optaram por esse sistema para pagar a aposentadoria de seus servidores.

A Taxa Selic será a única balizadora da correção e dos juros. Além do parcelamento, a proposta cria limites para pagamentos de precatórios que variam de 1% a 5% da receita corrente líquida (RCL) do ano anterior a depender do tamanho do saldo devido. A PEC teve contribuições do governo.

MEU **INSS** e carteira de trabalho

PEC obriga estados e municípios a aderirem às regras da União

Uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) já aprovada no Senado quer retomar parte da discussão da Reforma da Previdência de 2019 para obrigar estados e municípios a adotarem, ao menos, as mesmas condições do regime próprio dos servidores da União.

Cinco anos após a aprovação da mudança nas regras gerais da aposentadoria, alguns estados e a maioria dos municípios com regime próprio ainda têm critérios de acesso ao benefício mais brandos do que a União, prejudicando as finanças locais, segundo especialistas.

O texto da PEC 66 foi aprovado sem chamar muita atenção no Senado e agora está em discussão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. Ele estabelece que os regimes próprios de **previdência social** (RPPS) dos estados, Distrito Federal e municípios seguirão as mesmas regras da União, exceto se adotarem "regras mais rigorosas quanto ao equilíbrio financeiro e atuarial".

O projeto dá o prazo de 18 meses para que os governos regionais promovam alterações. Caso contrário, passa a valer imediatamente o ordenamento hoje vigente para os benefícios federais.

Dentre as principais mudanças realizadas pela reforma está a idade mínima para aposentadoria, de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres, segundo a norma geral, válida para os trabalhadores da iniciativa privada e para o funcionalismo federal. Mas a PEC também se refere ao tempo mínimo de contribuição e regras de transição.

A Reforma da Previdência só obrigou os entes federativos a criarem regimes de **Previdência complementar** e a ajustarem a alíquota de contribuição, seja a progressiva adotada pela União (7,5% a 22%) ou uma taxa mínima de 14%.

Na prática, a PEC 66 quer retomar as regras vigentes até 2019, quando as condições de acesso ao benefício eram iguais para os funcionários públicos da União, estados e municípios. Havia liberdade apenas para definir as alíquotas de contribuição previdenciária e eventuais cotas extras para cobrir o déficit.

'PEC PARALELA' Na tramitação da reforma, a

discussão sobre os servidores de estados e municípios foi separada da proposta original e colocada na chamada PEC paralela, que ficou travada na Câmara dos Deputados. Assim, os governos regionais ficaram livres para adotar as próprias regras, o que causa distorções por todo o país.

Das 27 unidades federativas, o Distrito Federal e mais seis estados (Amazonas, Roraima, Amapá, Maranhão, Pernambuco e Tocantins) não alteraram suas legislações. Dentre os municípios, são 2.092 que têm regime próprio, dos quais apenas 755 adequaram as regras à reforma previdenciária de 2019, ou 36,09%, segundo o painel de acompanhamento mantido pelo Ministério da **Previdência Social**. Nas capitais, a maioria também não atualizou o regramento: 15 de 26.

ALAGOAS O presidente do Alagoas Previdência, Roberto Moisés, disse nesta quinta-feira (24), que o Estado fez o dever de casa.

"O Estado de Alagoas, por meio da Lei complementar nº 52/2019, um dos primeiros estados que seguiu a reforma da Emenda Constitucional nº 103/2019, igualando as mesmas regras da União com relação às normas gerais de concessão e cálculos de aposentadoria e pensão por morte, atendeu o dispositivo de contribuição linear de 14% para os servidores ativos e acima do que exceder o teto do **INSS** para aposentados e pensionistas", lembrou Moisés.

Ele destaca a relevância da discussão, mas principalmente a prioridade que o tema deverá ter com os novos prefeitos e os reeleitos ainda no primeiro semestre.

Sendo assim, o fato de Alagoas ter saído na frente das discussões com o apoio da Assembleia Legislativa deixa o Estado em plenas condições de se enquadrar a qualquer tempo o que prevê a PEC 66.

Basta, porém, que entre em vigor para que as medidas administrativas e jurídicas sejam tomadas a fim de garantir segurança para os demais atos administrativos.

"Foi alterada a contribuição de 14% dos aposentados e pensionistas acima do salário mínimo para o teto do **INSS** [a União estabeleceu tabela progressiva] e o

cálculo da cota da pensão por morte concedida a dependente de segurado ativo mudou para 100% até o teto do **INSS** + 70% do que exceder o cálculo da União se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de 10% por dependente, até o máximo de 100%", completou.

A questão que envolve a idade mínima para aposentadoria e as consequentes regras de transição para os contribuintes também devem ser ajustadas. Desde a aprovação da reforma e as mudanças feitas em Alagoas que essa questão vem sendo observada, em conformidade com os limites da legislação. Quando houver a devida aprovação, que irá garantir segurança jurídica para as mudanças Alagoas cumprirá sem dificuldades o que determina a lei.

A reportagem também buscou informações junto a Associação dos Municípios Alagoanos (AMA). Descobrimos que o tema ainda não ocupa espaço na pauta de discussão. Isto porque a entidade costuma seguir a orientação da Confederação Nacional dos Municípios (CNM). Por outro lado, desde o ano de 2019 quando a emenda constitucional que alterou as regras da Previdência foi aprovada já era previsto que cada município deveria encaminhar seus ajustes.

*Com informações de O GLOBO.

Site: <https://www.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=6367>

Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 6

Agência Brasil

A Caixa Econômica Federal paga nesta sexta-feira (25) a parcela de outubro do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 6.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 678,46. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do Governo Federal alcançará 20,73 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,03 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até seis meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

Moradores do Rio Grande do Sul, afetados por enchentes de abril a junho, do Amazonas e do Acre, afetados pela seca, receberam o pagamento do Bolsa Família de forma unificada no último dia 18, independentemente do número do NIS. O pagamento unificado também beneficiou 62 municípios do Amazonas, 52 de Rondônia e 22 do Acre afetados pela estiagem e pela vazante dos rios, 45 municípios de São Paulo atingidos por incêndios florestais e oito municípios de Sergipe afetados por fortes chuvas.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família (PBF). O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema

(reprodução dos peixes).

Regra de proteção

Cerca de 2,88 milhões de famílias estão na regra de proteção em outubro. Em vigor desde junho do ano passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 371,42.

Cadastro

Desde julho do ano passado, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, cerca de 200 mil famílias foram canceladas do programa neste mês por terem renda acima das regras estabelecidas pelo Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Em compensação, outras 400 mil famílias foram incluídas no programa em outubro. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício.

Auxílio Gás

O Auxílio Gás também será pago nesta quinta-feira às famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com NIS final 5. O valor subiu para R\$ 104 neste mês.

Com duração prevista até o fim de 2026, o programa beneficia cerca de 5,5 milhões de famílias. Com a aprovação da Emenda Constitucional da Transição, no fim de 2022, o benefício foi mantido em 100% do preço médio do botijão de 13 kg.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada

(BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-10/caixa-paga-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-6>

STF vai decidir validade de contribuição do autônomo após reforma da Previdência de 2019

Cristiane Gercina

O STF (Supremo Tribunal Federal) vai decidir sobre a validade da contribuição dos trabalhadores autônomos após a reforma da Previdência de 2019.

A discussão é se a contribuição paga em atraso ao **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) pode ser usada como tempo mínimo para que o segurado entre em regra de transição mais vantajosa -pedágio de 50% ou 100% - após a emenda constitucional 103, de 13 de novembro de 2019.

O posicionamento dos ministros valerá para todos os casos do tipo no país, já que a corte decidiu, no começo de outubro, que há repercussão geral no Tema 1.329 . O julgamento ainda não foi marcado.

O tema tem dividido o Judiciário. A maioria das decisões, no entanto, é favorável aos trabalhadores e contra do **INSS**, que levou o caso ao Supremo, em recurso extraordinário.

No recurso, o instituto argumenta que o artigo 17 da reforma da Previdência define como tempo de contribuição mínimo para a aposentadoria apenas aquele efetivamente recolhido até a publicação da norma. E defende que o recolhimento posterior das contribuições em atraso não é válido nestes casos.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

O caso em questão é de uma segurada do Sul do país, que entrou na Justiça para fazer o pagamento de alguns períodos de trabalho rural realizados entre os anos de 1991 e 1994, cujas contribuições não foram recolhidas na época.

A segurada ganhou em primeira instância, mas o **INSS** recorreu. A 1ª Turma Recursal do TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região) entendeu que ela tem o direito de pagar esse período em atraso -desde que comprove a atividade- e de utilizá-lo nas regras de transição da aposentadoria.

Com isso, a segurada de 52 anos conseguiria o benefício previdenciário pelo pedágio de 50%. Pela regra, mulheres com 28 anos de contribuição e homens com 33 anos de pagamentos ao **INSS** podem se aposentar ao trabalhar por mais metade do tempo que faltava.

Nestes depois exemplos, mulheres e homens trabalhariam mais três anos -dois que faltavam e um de pedágio- para se enquadrar na aposentadoria por tempo de contribuição, que garante benefício com 30 anos e 35 anos de **INSS**, respectivamente.

No posto, o instituto negou a aposentadoria, mas a Justiça mandou pagar o benefício a partir de novembro de 2022, quando foi feita a solicitação de forma administrativa. O instituto utiliza em sua defesa o que diz a portaria 1.392 , de novembro de 2021, que regulamentou decreto da reforma da Previdência .

O documento diz que "recolhimentos realizados em atraso em data posterior ao período de trabalho não serão considerados" no caso dos pedágios de 50% e 100%.

Rômulo Saraiva, advogado especializado em Previdência e colunista da Folha , afirma que uma portaria não pode se sobrepor à lei, que garante o pagamento do **INSS** em atraso para contribuintes autônomos. "É uma portaria; a lei não fala isso nem a própria Constituição", diz.

Segundo ele, ao recolher contribuições em atraso, trata-se de uma indenização ao **INSS**, algo que "historicamente" sempre foi possível. "Por que agora nesta última reforma não pode? É o embrião do desejo do **INSS** de criar algo que não tem fundamento", afirma.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

O advogado Roberto de Carvalho Santos, presidente do Ieprev (Instituto de Estudos Previdenciários) diz

que a reforma da Previdência de 2019 não criou essa barreira.

"É uma tese muito plausível e sustentável juridicamente [a favor dos segurados], porque tem um artigo na lei 8.212, o artigo 45 A, que permite esse pagamento, e uma portaria não se sobrepõe. Fica aquela imagem de que as pessoas estão agindo de má-fé, mas não é isso; sempre foi permitido pagar", afirma.

"O fato de a pessoa estar recolhendo em atraso não significa que ela não está cometendo uma fraude, ela está regularizando uma situação fiscal, com respaldo na lei, que obriga pagar nos últimos cinco anos, e se passar de cinco anos, pode indenizar."

Para Saraiva, no entanto, o caso poderia ser resolvido no STJ (Superior Tribunal de Justiça) por se tratar de indenização ao **INSS**, não de questão constitucional, mas o Supremo entende que, por afetar a reforma da Previdência, que mudou a Constituição de 1988, a corte é que deve decidir sobre o tema.

Já Santos defende o julgamento do caso no Supremo e afirma que a repercussão geral vai "harmonizar" a jurisprudência.

É possível recolher os últimos cinco anos não pagos ao **INSS**. Há atualizações monetárias e o segurado que vai fazer esse pagamento deve ficar atento porque, ao reconhecer uma dívida, terá de quitá-la sob pena de multa.

Para períodos de mais de cinco anos, é preciso provar o trabalho realizado com documentos e pagar os valores. Há incidência de outros encargos. Para períodos anteriores a 1996, não há multa nem juros.

Saraiva afirma que o **INSS** é muito criterioso com as provas, e solicita muitos documentos que provem a atividade. Além disso, a dívida costuma ser alta. "Fica caro pagar em atraso. Temos casos de gente que se defaz de carro para quitar suas obrigações previdenciárias", diz.

Segundo Santos, o **INSS** devido após cinco anos é tratado como uma indenização à **Previdência Social** e tem o seguinte cálculo: faz-se a média dos salários desde 1994, descartando os 20%. Sobre essa média haverá juros e multa. Os juros são de 0,5% ao mês, limitados a 50% do valor da dívida.

"Em um caso em que o **INSS** mensal der R\$ 600, por exemplo, eu pago no máximo R\$ 300 de juros e uma multa de 10% sobre os R\$ 600, o que dá R\$ 60, somando R\$ 960. Então um mês vai valer isso."

Para períodos anteriores a 1996, não há juros e multa, só atualização. "Essa é uma possibilidade que sempre existiu."

As contribuições pagas em atraso não contam como carência, que é a quantidade mínima de pagamentos mensais exigidas para solicitar um benefício previdenciário, caso sejam quitadas após o período em que o cidadão tem a qualidade de segurado .

O **INSS** irá decidir "se a complementação de contribuição previdenciária após a edição da emenda constitucional 103/2019 autoriza a aplicação da regra de transição do art. 17, do pedágio de 50%, que exige tempo mínimo de contribuição na data de entrada em vigor da emenda".

O instituto diz no processo que "a complementação de contribuições realizada após a edição da emenda constitucional 103/2019 contrariaria os artigos 3 e 17 da lei", ou seja, pagamentos em atraso, feitos após a reforma, não podem valer para que o segurado entre nas regras de transição dos pedágios de 50% e 100%.

O **INSS** defende ainda que a lei "preservou os direitos adquiridos, assim como fixou regras de transição para aqueles que, apesar de não reunirem os requisitos para o benefício, estavam relativamente próximos de alcançá-los. Assim sendo, permitir o recolhimento posterior para preencher o tempo de contribuição exigido na data de edição da emenda, significaria alterar as regras de transição do texto constitucional.

No TRF-4, ficou entendido que "o recolhimento posterior não altera o tempo de serviço do segurado", e essa é tese que a defesa usa.

Assim, ainda que não se tenha realizado o pagamento de contribuição no período da prestação do serviço, o pagamento posterior pode ser contabilizado para "satisfação de tempo mínimo de contribuição previsto em regra de transição".

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/10/stf-vai-decidir-validade-de-contribuicao-do-autonomo-apos-reforma-da-previdencia-de-2019.shtml>

INSS começa a pagar aposentadorias de outubro nesta sexta (25); veja calendário

Júlia Galvão

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) começa a pagar, nesta sexta-feira (25), as aposentadorias, pensões e demais benefícios referentes ao mês de outubro. O calendário de pagamentos segue até o dia 7 de novembro e leva em conta o número final do cartão de benefício, sem considerar o último dígito verificador.

O depósito será feito primeiro para quem recebe até um salário mínimo, hoje em R\$ 1.412. Para aqueles que recebem mais do que essa quantia até o teto do **INSS**, de R\$ 7.786,02 nesta ano, os créditos serão depositados a partir do dia 1º de novembro.

Os moradores do Rio Grande do Sul que vivem em cidades atingidas pelas chuvas e recebem algum benefício previdenciário continuarão tendo o valor no primeiro dia do calendário, enquanto durar o estado de calamidade pública. O calendário segue normal para os demais aposentados e pensionistas.

De acordo com dados do **INSS**, mensalmente, 40,4 milhões de benefícios previdenciários e assistenciais são pagos. Desses, 34,2 milhões são previdenciários e 6,2 milhões são assistenciais.

Os beneficiários que possuem acesso à internet podem ter conferido o extrato de pagamento e outros detalhes sobre o depósito da renda no aplicativo ou site **Meu INSS**.

Aqueles que não têm acesso à internet devem ligar para a Central 135. Será necessário informar o número do CPF e confirmar algumas informações à atendente para evitar fraudes. O atendimento é feito de segunda-feira a sábado, das 7h às 22h.

Além de conferir se está tudo certo com os valores da aposentadoria ou pensão por meio do extrato, o segurado pode checar ainda se há empréstimos que geram desconto

Para correntistas do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal também é possível usar os serviços de banco online acessando as seguintes opções:

Todos que recebem um benefício previdenciário têm

direito ao pagamento mensal, na data estipulada pelo calendário anual do instituto.

Os valores são depositados na conta do beneficiário, seja ela aberta na hora da aposentadoria ou alguma conta-corrente ou poupança que o segurado tenha indicado.

O cidadão que tem conta-benefício deve fazer o saque do dinheiro ou a transferência. Neste modelo, não é possível usar a função débito.

Quem recebe por conta-corrente pode fazer as movimentações bancárias habituais, como pagar contas com o cartão ou por Pix, fazer transferências e demais negociações, assim como quem tem conta-poupança.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Quem não recebeu o pagamento de algum benefício pode solicitar ao **INSS** os valores

Site:

[https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/10/inss-
comeca-a-pagar-aposentadorias-de-outubro-nesta-sexta-
25-veja-calendario.shtml](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/10/inss-comeca-a-pagar-aposentadorias-de-outubro-nesta-sexta-25-veja-calendario.shtml)

Concurso dos Correios: salário de carteiro pode até dobrar com benefícios e adicionais; confira

Por **Júlia Nunes, g1**

A remuneração inicial para o cargo de carteiro é de R\$ 2,4 mil, mas pode aumentar consideravelmente com os benefícios oferecidos pelos Correios e possíveis adicionais.

Só o vale-alimentação/refeição dos funcionários, com o vale-cesta, é de mais de R\$ 1,6 mil. E quem trabalha em atividades externas, por exemplo, recebe um adicional de pelo menos R\$ 728,78 no salário do mês. (veja a tabela abaixo)

O novo concurso público dos Correios está com mais de 3 mil vagas para o cargo, em várias cidades de todos os estados brasileiros. A carreira é de nível médio, ou seja, não exige que o candidato tenha feito faculdade. (leia mais)

?? Inscrições vão até segunda-feira (28); veja como fazer

Com exceção do vale-peru, que é depositado no fim do ano, os demais valores da tabela a seguir são pagos mensalmente. Os números abaixo não consideram os descontos de participação nos benefícios, nem recolhimentos do **INSS** e imposto de renda.

É importante destacar também que o regime de trabalho é CLT, apesar de os Correios serem uma empresa pública federal, e que o salário-base aumenta conforme o tempo de serviço e o mérito do funcionário, podendo chegar a R\$ 6,2 mil, de acordo com a tabela salarial da categoria.

Há, ainda, adicionais para carteiros motorizados, que trabalham de carro ou de moto, e a possibilidade de adesão a um plano de saúde. Todas as informações estão descritas no acordo coletivo de trabalho vigente.

Com base nisso, considere os seguintes cenários...

????????? Um funcionário sem filhos (ou dependentes com deficiência), que realiza atividades externas e trabalha aos fins de semana:

Além da remuneração inicial de R\$ 2.429,26, ele terá um adicional de R\$ 728,78 pelo serviço externo e, ainda, mais 15% do salário-base pelas horas que trabalhar aos fins de semana. O vale-alimentação/refeição será de R\$ 1.324,18, mais o vale-cesta de R\$ 319,79 (mensal) e o crédito extra (vale-peru) ao fim do ano. Todos os meses, ele também poderá receber até R\$ 870,18 para usar o transporte público.

????? Um funcionário que tem um filho com deficiência, realiza atividades externas, mas não trabalha aos fins de semana:

Receberá um adicional de R\$ 728,78 pelo serviço externo, que é 30% do salário-base inicial de R\$ 2.429,26, e poderá ter as despesas do filho com deficiência reembolsadas em até R\$ 1.030,58 por mês. O vale-alimentação/refeição será de R\$ 1.120,46, mais o vale-cesta de R\$ 319,79 (mensal) e o crédito extra (vale-peru) ao fim do ano. Os gastos com transporte público, em até R\$ 870,18, serão pagos pela empresa.

????????? Uma funcionária com três filhos menores de 7 anos (e sem dependentes com deficiência), que atua no guichê de uma agência e não trabalha aos fins de semana:

Ela vai receber a gratificação de quebra de caixa, pelo trabalho no guichê, que é de R\$ 267,64 por mês, fora o salário inicial de R\$ 2.429,26. E os gastos com a creche dos filhos serão reembolsados pela empresa em até R\$ 2.144,16 (R\$ 714,72 para cada criança). O vale-alimentação/refeição será de R\$ 1.120,46, mais o vale-cesta de R\$ 319,79 (mensal) e o crédito extra (vale-peru) ao fim do ano. Também vale a regra do vale-transporte, de até R\$ 870,18 mensais.

Entenda as regras dos benefícios

?? Vale-alimentação/refeição

O valor do benefício é depositado até o último dia útil da primeira quinzena de cada mês, e o funcionário pode optar por recebê-lo das seguintes formas:

100% do valor em vale-alimentação, que geralmente é aceito em supermercados; 100% em vale-refeição, normalmente usado em restaurantes; 70% em um dos cartões e 30% no outro; 50% em cada um dos cartões.

Lembrando que a jornada de trabalho para carteiros, conforme o edital do concurso, é de 44 horas semanais, o que já inclui o serviço aos fins de semana. Nesse caso, eles recebem o vale-alimentação/refeição cheio, de R\$ 1.324,18.

No entanto, se o empregado trabalhar em uma região onde os Correios não funcionam aos sábados ou onde não há necessidade de trabalho no fim de semana, a jornada pode ser reduzida para 40 horas semanais, mesmo que o contrato seja de 44 horas, explica o Sintect-SP, o sindicato dos Correios em São Paulo.

Nessa situação, o vale-alimentação/refeição é proporcional, no valor de R\$ 1.120,46. Já o vale-cesta é igual para todos os funcionários: R\$ 319,79.

O vale-peru, por sua vez, é pago em duas parcelas: R\$ 1.000 em setembro e R\$ 1.500 até o 5º dia útil de janeiro, mas essas regras podem mudar a depender do que for estabelecido no acordo coletivo do próximo ano.

?? Auxílios para dependentes

O auxílio-creche/babá é oferecido para as empregadas com filhos de até 7 anos de idade. O benefício é estendido para pais solteiros, separados ou viúvos que têm a guarda legal das crianças.

O valor é destinado exclusivamente para o reembolso das despesas com creche, berçário e jardim de infância, em instituições habilitadas, ou para o pagamento de babá, que deverá ter carteira de trabalho assinada pelo beneficiário.

Os Correios também oferecem um auxílio para dependentes com deficiência. Nesse caso, o benefício é para todos os empregados (homens e mulheres) que têm filhos, enteados ou curatelados (adulto declarado incapaz) que dependem de cuidados especiais.

O reembolso é dos gastos com recursos especializados utilizados pelo dependente, como instituições escolares adequadas ou que ofereçam tratamento e acompanhamento especial.

?? Vale-transporte

Os Correios oferecem vale-transporte com base na necessidade de deslocamento de cada funcionário, mas no valor limite de R\$ 870,18 por mês.

Geralmente, esse valor é depositado diretamente no cartão de ônibus, metrô ou outro transporte coletivo utilizado, mas também poderá ser pago em dinheiro, quando não for possível contratar empresas que comercializem o vale-transporte no local.

No caso de funcionários que precisem utilizar transporte rodoviário, os Correios só fazem o pagamento se essa for a única opção ou a mais econômica.

Site: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/concursos/noticia/2024/10/25/concurso-dos-correios-salario-de-carteiro-pode-ate-dobrar-com-beneficios-e-adicionais-confira.ghtml>

Veja o que pode mudar na aposentadoria de servidores estaduais e municipais se Congresso unificar regras

Thaís Barcellos

Uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) já aprovada no Senado quer retomar parte da discussão da Reforma da Previdência de 2019 para obrigar estados e municípios a adotarem, ao menos, as mesmas condições do regime próprio dos servidores da União.

Cinco anos após a aprovação da mudança nas regras gerais da aposentadoria, alguns estados e a maioria dos municípios com regime próprio têm critérios de acesso ao benefício mais brandos que a União, prejudicando finanças locais, segundo especialistas.

O texto da PEC 66 foi aprovado sem chamar muita atenção no Senado e está em discussão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. Ele prevê que os regimes próprios de **previdência social** (RPPS) de estados, Distrito Federal e municípios seguirão as mesmas regras da União, exceto se adotarem "regras mais rigorosas quanto ao equilíbrio financeiro e atuarial".

O projeto dá prazo de 18 meses para que os governos regionais promovam alterações. Caso contrário, passa a valer imediatamente o ordenamento hoje vigente para os benefícios federais.

Dentre as principais mudanças realizadas pela Reforma da Previdência de 2019 para os servidores está o aumento da idade mínima para aposentadoria. Antes de 2019, os funcionários públicos do sexo masculino precisavam de 60 anos de idade e 20 anos de contribuição e do sexo feminino, 55 anos de idade e 20 anos de contribuição.

Com a reforma, a idade mínima passou para 65 anos e 62 anos, respectivamente, além de, ao menos, 25 anos de contribuição, dez anos no serviço público e cinco anos no último cargo. Mas foram criadas duas regras de transição para quem já estava na ativa.

Na primeira, o servidor soma idade e tempo de contribuição. Neste ano, a pontuação é de 91 para mulheres e 101 para homens. Mas, além dos pontos, é preciso cumprir idade mínima - 57 anos (mulheres) e

62 anos (homens) - e tempo de contribuição mínimo - 35 anos para os homens e 30 anos para as mulheres. Eles precisam estar há 20 anos no setor público e há cinco anos no cargo.

Há ainda a regra do pedágio, que prevê que o servidor paga 100% do tempo que falta para se aposentar de acordo com as regras antigas. Ou seja, se na época da reforma faltavam quatro anos para se aposentar, o servidor teria de trabalhar por oito anos. Mas há também exigência de idades mínimas, de 57 para as mulheres e 60 para homens.

Em relação à unificação de regras, a Reforma da Previdência só obrigou os entes federativos a criarem regimes de **Previdência complementar** e a ajustarem a alíquota de contribuição, seja a progressiva adotada pela União (7,5% a 22%) ou uma taxa mínima de 14%.

Na prática, a PEC 66 quer retomar as regras vigentes até 2019, quando as condições de acesso ao benefício eram iguais para os funcionários públicos da União, estados e municípios. Havia liberdade apenas para definir as alíquotas de contribuição previdenciária e eventuais cotas extras para cobrir o déficit.

Na tramitação da reforma, a discussão sobre os servidores de estados e municípios foi separada da proposta original e colocada na chamada PEC paralela, que ficou travada na Câmara. Assim, governos regionais ficaram livres para adotar as próprias regras, o que causa distorções por todo o país.

Das 27 unidades federativas, o Distrito Federal e mais seis estados (Amazonas, Roraima, Amapá, Maranhão, Pernambuco e Tocantins) não alteraram suas legislações.

Dentre os municípios, são 2.092 que têm regime próprio, dos quais apenas 755 adequaram as regras à reforma previdenciária de 2019, ou 36,09%, segundo o painel de acompanhamento mantido pelo Ministério da **Previdência Social**.

Nas capitais, 15 não atualizaram o regramento: Rio Branco, Maceió, Macapá, Manaus, Goiânia, São Luís,

Cuiabá, Belo Horizonte, Belém, Rio de Janeiro, Porto Velho, Boa Vista, Florianópolis, Aracaju e Palmas.

O economista Rogério Nagamine acrescenta que, dentre os estados que alteraram suas legislações, 12 definiram regras mais brandas que as da União: Rondônia, Acre, Tocantins, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

- Tem muita regra diferente, fica uma salada. No caso dos municípios, o levantamento mostra que dois em cada três não fizeram reforma ou não fizeram nos moldes da Emenda 103 (Reforma da Previdência). O ideal é que todo mundo tenha a mesma regra, mas os parlamentares não quiseram ter o ônus político com servidores municipais e estaduais e ficou uma bagunça - diz Nagamine, lembrando que a pressão do funcionalismo é maior sobre prefeitos, vereadores, governadores e deputados estaduais.

Segundo o ex-secretário de Previdência Leonardo Rolim, a diferenciação imposta está causando grandes injustiças e déficits previdenciários maiores nos locais em que não houve qualquer reforma ou que as regras ficaram muito mais brandas.

Ele cita, por exemplo, que professores do ensino fundamental do Distrito Federal são beneficiados em relação aos pares de cidades goianas próximas que fizeram reformas, como Novo Gama, a menos de 1 hora do centro de Brasília, com cinco anos a menos para conseguir acesso à aposentadoria.

- O déficit atuarial dos municípios está em R\$ 1,1 trilhão, o dos estados, em R\$ 3,1 trilhões. Se somar o da União (R\$ 1,5 trilhão), dá praticamente outra dívida do país - disse o ex-secretário da Previdência, acrescentando que a alíquota extraordinária média para cobrir o déficit é de 16% no país. - Não é por acaso que ninguém mais consegue fazer investimento em infraestrutura, só o básico e o obrigatório. E mais ou menos um terço dos municípios não tem dinheiro para pagar o básico.

Para ele, a medida prevista na PEC 66 é benéfica para os municípios e vai colocar "ordem na casa". Nagamine avalia que a obrigação vai significar redução da despesa previdenciária no médio e longo prazo.

- É importante fazer a correção do retrocesso que teve em 2019 de aplicar regra diferente para os servidores estaduais e municipais - disse Nagamine.

Após a PEC paralela, já houve tentativas de igualar as regras para os servidores de todo o país, como a PEC 38, elaborada pela Confederação Nacional dos

Municípios (CNM) e encampada por um grupo de deputados.

No caso da PEC 66, o texto original tratava apenas do parcelamento das dívidas previdenciárias dos municípios e da limitação do pagamento dos precatórios das prefeituras - ordens de pagamento decorrentes de decisões judiciais definitivas.

A adequação dos regimes próprios dos entes federativos à Reforma da Previdência foi incluída em substitutivo apresentado no plenário do Senado pelo relator, senador Carlos Portinho (PL-RJ). A mudança foi feita, segundo ele, após amplo diálogo com o Poder Executivo e sugestões por parte do Ministério da Fazenda.

A medida, porém, gera revolta entre servidores estaduais e municipais. O Fórum das Carreiras de Estado (Fonacate) manifestou preocupação com a proposta, especialmente com a obrigação de realização de novas reformas pelos governos regionais, ainda que já tenham aprovado mudanças nos regimes próprios.

Para o Fonacate, há violação do pacto federativo e a autonomia dos entes subnacionais, "ao impor uma obrigação que desconsidera as peculiaridades e necessidades locais".

- Por que um estado ou município, que está com as contas em dia, tem que aumentar sua contribuição? - diz a secretária-geral do Fonacate, Rivana Ricarte.

A PEC também prevê outras medidas para aliviar o caixa dos municípios: o parcelamento de dívidas previdenciárias e a limitação de pagamento de precatórios - que são ordens de pagamentos decorrentes de decisões judiciais definitivas. Dados do Senado apontam que a dívida previdenciária dos municípios totaliza cerca de R\$ 200 bilhões.

O texto permite o parcelamento em até 25 anos das contribuições previdenciárias e demais débitos dos municípios com os respectivos regimes próprios de **previdência social**, inclusive aqueles que já foram parcelados anteriormente.

A proposta também dá as mesmas condições para a quitação de dívidas municipais com o regime geral de **previdência social** (RGPS, do **INSS**) para as cidades que optaram por esse sistema para pagar a aposentadoria de seus servidores.

A Taxa Selic será a única balizadora da correção e dos juros. De acordo com o relatório final do Senado, o impacto da PEC é de R\$ 1,54 bilhão em 2024; R\$ 1,73 bilhão em 2025; R\$ 1,86 bilhão em 2026; e R\$ 1,98

bilhão em 2027.

Além do parcelamento, a proposta cria limites para pagamentos de precatórios que variam de 1% a 5% da receita corrente líquida (RCL) do ano anterior a depender do tamanho do saldo devido.

A PEC teve várias contribuições da Fazenda, como estabelecer a Selic como a taxa para a correção e a inclusão de menção expressa à responsabilização dos gestores municipais para o caso em que haja inadimplência injustificada por parte dos municípios.

Para o ex-secretário de Previdência Leonardo Rolim, essa medida é positiva, pois vai dar alívio aos municípios que estão no vermelho e torna factível o pagamento da dívida:

- Não é interessante para a União ter dívida que não será paga.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/10/25/veja-o-que-pode-mudar-na-aposentadoria-de-servidores-estaduais-e-municipais-se-congresso-unificar-regras.ghtml>

Benefícios fiscais estaduais quase triplicam em cinco anos

(Carolina Nalin)

A concessão de benefícios fiscais tem levado governos estaduais a abrirem mão de uma receita que deve chegar a R\$ 267 bilhões em 2025. O aumento da renúncia fiscal será de 189,13% na comparação com 2020. Isso significa que o valor vai quase triplicar, com um incremento de 2,89 vezes, em apenas cinco anos.

Os números são do estudo divulgado pela Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), que chama atenção para os impactos da renúncia na sustentabilidade fiscal e na oferta de serviços públicos essenciais nos estados.

O levantamento, antecipado pela Folha de S.Paulo, é baseado em dados fornecidos pelos estados em suas leis de diretrizes orçamentárias. A entidade apresentou o relatório ontem em Pernambuco durante a 9-Plenafisco, evento que reúne auditores fiscais de todo o país.

Juliano Goularti, economista da Unicamp e autor do estudo juntamente com a historiadora Talita Alves, diz que os incentivos fiscais acentuam as desigualdades regionais. Regiões com maior desenvolvimento econômico têm mais capacidade de oferecer isenção e acabam atraindo mais empresas do que as outras: - Esse incentivo (fiscal), em vez de levar desenvolvimento para regiões mais ao meio-oeste do país acaba se concentrando em regiões já desenvolvidas.

INCENTIVOS CONCENTRADOS

Segundo o estudo, a região Sudeste acumula 47% do total das renúncias fiscais do país. São Paulo e Rio de Janeiro concentram a maior parte: juntas, somam 39%.

Outro problema apontado é a diminuição de recursos para saúde, educação e segurança por causa dos benefícios fiscais, já que reduz a arrecadação do ICMS, o principal imposto dos estados. O tributo tem aplicação obrigatória nessas áreas, e a consequência dessa receita menor faz estados cobrarem mais **tributos** da população.

- No final, nós pagamos a conta - diz Francelino Valença, presidente da Fenafisco.

O alto impacto das renúncias fiscais sobre as finanças públicas foi outra contradição identificada pelo estudo. Em alguns estados, segundo Goularti, a renúncia pode chegar a mais de 40% da receita tributária.

A concorrência desleal é outro aspecto citado no relatório. A diferença entre empresas beneficiadas por incentivos fiscais e a outras acaba comprometendo a saúde financeira de quem não tem acesso às mesmas condições, lembra Valença: - Não temos visto o benefício dessas renúncias fiscais para a sociedade. Um exemplo são empresas que recebem o incentivo para gerar empregos, mas acabam concorrendo de forma desleal com outras empresas, que acabam quebrando, ou que favorecem a concentração de mercado. Esse não parece o melhor dos caminhos.

A indústria é o setor mais beneficiado: recebe 38% das renúncias fiscais. Em seguida aparece o comércio, com 20,13%, e a agricultura, com 16,70%. Os outros 25% não têm destino informado e podem ser direcionados a qualquer um desses setores.

O levantamento aponta um salto nos valores em renúncia fiscal na passagem de 2021 para 2022. Segundo Goularti, o aumento se deve a uma mudança em duas leis. Uma em 2017, que validou benefícios fiscais antes considerados inconstitucionais, e outra no fim de 2021 que prorrogou os incentivos.

Esse arcabouço legal estipulava que os benefícios regionais acabariam em 2032, mas a aprovação da **Reforma Tributária** no ano passado estabeleceu um período de redução dos incentivos a partir de 2029. A ideia é que os incentivos sejam extintos, à exceção dos concedidos na Zona Franca de Manaus.

A Fenafisco considera que a concessão exagerada dos benefícios desencadeou uma guerra fiscal entre os estados, algo que a reforma pode minimizar, em parte. Valença lembra que o processo de concessão do benefício deverá ficar mais transparente com a reforma, já que o estado terá que mostrar o quanto está investindo na empresa.

Ainda assim, há chance de o novo modelo facilitar os lobbies, aumentando ainda mais a alíquota modal, hoje estimada em 26,5%.

-Até aqui, qualquer entidade privada que quer obter benefícios tem que negociar, tentar convencer, mostrar vantagens a cada governador. Com a reforma, isso vai estar concentrado no Congresso -diz Valença.

Outro argumento da Fenafisco é que a reforma mantém uma estrutura que não garante redução na desigualdade de consumo. Ele cita o exemplo da desoneração da cesta básica.

-Pobre e rico pagarão zero (de alíquota), mas isso não significa que as mercadorias ficarão mais baratas, Em Portugal, acabaram encarecendo as mercadorias. Nada garante que os preços vão cair -afirma Valença.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Banco Mundial diz que tributação de produtos nocivos à saúde beneficia principalmente baixa renda (Reforma tributária)

Eduardo Cucolo

O Banco Mundial diz que o Brasil tem uma oportunidade única de melhorar a saúde pública ao planejar adequadamente a tributação sobre tabaco, álcool e bebidas açucaradas, temas que fazem parte da **reforma tributária**.

A afirmação faz parte de uma nota técnica com recomendações sobre como estruturar e aplicar esses **impostos** para que haja progressos na saúde pública e na receita tributária.

"A **reforma tributária** em curso no Brasil, possibilitada pela Emenda Constitucional 132, traz uma oportunidade para fazê-lo. Ela pode ser alcançada por meio do Imposto Seletivo na lei complementar atualmente em discussão no Senado, e da lei ordinária que deve ser apresentada ao Congresso em 2025", diz a instituição.

O Imposto Seletivo previsto na reforma busca manter a tributação mais elevada que já existe atualmente para fumo e bebidas alcoólicas. Também cria um adicional para novos itens apontados como prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, como bebidas açucaradas, veículos poluentes e as bets.

O banco diz que cerca de 20% das mortes no Brasil são atribuíveis ao consumo de tabaco, álcool e bebidas açucaradas e que esses produtos são os que mais contribuem para doenças cardiovasculares, câncer, diabetes e enfermidades pulmonares crônicas.

Segundo a instituição, os preços desses produtos são relativamente baixos no Brasil em comparação com os praticados em países semelhantes na América Latina e Caribe e nos países do G20 e que a implementação de **impostos** especiais sobre esses produtos nocivos é uma estratégia comprovada para deter e reduzir seu consumo.

"Do ponto de vista da saúde, a redução do consumo desses produtos levará a uma diminuição significativa

das mortes e doenças evitáveis. Apesar do declínio previsto no consumo, o país ainda poderá arrecadar maiores receitas fiscais com esses **impostos**", diz a instituição.

O banco afirma que as famílias mais pobres deverão ser as mais beneficiadas com essa política, pois as populações de baixa renda são mais sensíveis às mudanças de preços. É também nesse grupo que está concentrada a maioria das mortes causadas pelo efeito do consumo de tabaco, álcool e bebidas açucaradas.

"O Brasil tem uma oportunidade valiosa de melhorar a saúde pública e os resultados econômicos por meio de tributação estratégica, e é crucial aproveitá-la. A implementação de **impostos** de saúde bem projetados salvará inúmeras vidas, aumentará o capital humano e aumentará a produtividade da economia."

Lei complementar (em discussão no Senado)

Tabaco: O sistema misto proposto (alíquota ad rem e ad valorem) está alinhado a boas práticas globais; no entanto, serão necessários aumentos significativos nos **impostos** para garantir a eficácia do modelo atual e alcançar resultados positivos em relação à saúde e às receitas.

Álcool: O sistema misto proposto também se encontra alinhado a boas práticas globais; no entanto, a base de cálculo para o componente ad valorem proposta para ser aplicada no início da cadeia de suprimentos não terá um impacto significativo nos preços e não alcançará os resultados pretendidos. Recomenda-se que a base de cálculo seja aplicada numa etapa posterior da cadeia de suprimentos (ou seja, nos preços de varejo) para garantir um impacto maior na área de saúde.

Bebidas açucaradas: Os **impostos** devem ser aplicados de forma ampla a todas as bebidas açucaradas (inclusive sucos de frutas, leite adoçado com açúcar e todas as categorias de bebidas que

usam açúcar como adoçante) e devem excluir alternativas mais saudáveis (por exemplo, água e leite). Isso alcançará o impacto desejado na saúde ao incentivar a substituição por produtos mais saudáveis.

Lei ordinária (será apresentada em 2025 para definir alíquotas)

Tabaco: Deve ser adotado um imposto específico uniforme com alíquotas altas para os cigarros

Bebidas alcoólicas e açucaradas: Devem ser adotadas alíquotas altas para o componente específico, que aumentem conforme os teores de álcool e açúcar

Magnitude das alíquotas: Pares internacionais e benchmarks alinhados às características do país podem ajudar a estimar a magnitude de alíquotas viáveis para o componente específico dos três **impostos**.

Indexação para **impostos** específicos: Devem ser feitos ajustes regulares para proteger os valores reais dos **tributos** (possivelmente de forma automática), evitando, assim, que a **inflação** reduza os impactos na saúde e a receita do imposto seletivo. Isso significa uma indexação automática ao índice de preços ao consumidor e um ajuste adicional para os aumentos da renda no longo prazo, de forma a garantir que os produtos não se tornem mais acessíveis ao longo do tempo.

Fonte: Banco Mundial

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-e-esse/2024/10/banco-mundial-diz-que-tributacao-de-produtos-nocivos-a-saude-beneficia-principalmente-baixa-renda.shtml>

Banco Mundial diz que tributação de produtos nocivos à saúde beneficia principalmente baixa renda (Reforma tributária)

Eduardo Cucolo

O Banco Mundial diz que o Brasil tem uma oportunidade única de melhorar a saúde pública ao planejar adequadamente a tributação sobre tabaco, álcool e bebidas açucaradas, temas que fazem parte da **reforma tributária**.

A afirmação faz parte de uma nota técnica com recomendações sobre como estruturar e aplicar esses **impostos** para que haja progressos na saúde pública e na receita tributária.

"A **reforma tributária** em curso no Brasil, possibilitada pela Emenda Constitucional 132, traz uma oportunidade para fazê-lo. Ela pode ser alcançada por meio do Imposto Seletivo na lei complementar atualmente em discussão no Senado, e da lei ordinária que deve ser apresentada ao Congresso em 2025", diz a instituição.

O Imposto Seletivo previsto na reforma busca manter a tributação mais elevada que já existe atualmente para fumo e bebidas alcoólicas. Também cria um adicional para novos itens apontados como prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, como bebidas açucaradas, veículos poluentes e as bets.

O banco diz que cerca de 20% das mortes no Brasil são atribuíveis ao consumo de tabaco, álcool e bebidas açucaradas e que esses produtos são os que mais contribuem para doenças cardiovasculares, câncer, diabetes e enfermidades pulmonares crônicas.

Segundo a instituição, os preços desses produtos são relativamente baixos no Brasil em comparação com os praticados em países semelhantes na América Latina e Caribe e nos países do G20 e que a implementação de **impostos** especiais sobre esses produtos nocivos é uma estratégia comprovada para deter e reduzir seu consumo.

"Do ponto de vista da saúde, a redução do consumo desses produtos levará a uma diminuição significativa

das mortes e doenças evitáveis. Apesar do declínio previsto no consumo, o país ainda poderá arrecadar maiores receitas fiscais com esses **impostos**", diz a instituição.

O banco afirma que as famílias mais pobres deverão ser as mais beneficiadas com essa política, pois as populações de baixa renda são mais sensíveis às mudanças de preços. É também nesse grupo que está concentrada a maioria das mortes causadas pelo efeito do consumo de tabaco, álcool e bebidas açucaradas.

"O Brasil tem uma oportunidade valiosa de melhorar a saúde pública e os resultados econômicos por meio de tributação estratégica, e é crucial aproveitá-la. A implementação de **impostos** de saúde bem projetados salvará inúmeras vidas, aumentará o capital humano e aumentará a produtividade da economia."

Lei complementar (em discussão no Senado)

Tabaco: O sistema misto proposto (alíquota ad rem e ad valorem) está alinhado a boas práticas globais; no entanto, serão necessários aumentos significativos nos **impostos** para garantir a eficácia do modelo atual e alcançar resultados positivos em relação à saúde e às receitas.

Álcool: O sistema misto proposto também se encontra alinhado a boas práticas globais; no entanto, a base de cálculo para o componente ad valorem proposta para ser aplicada no início da cadeia de suprimentos não terá um impacto significativo nos preços e não alcançará os resultados pretendidos. Recomenda-se que a base de cálculo seja aplicada numa etapa posterior da cadeia de suprimentos (ou seja, nos preços de varejo) para garantir um impacto maior na área de saúde.

Bebidas açucaradas: Os **impostos** devem ser aplicados de forma ampla a todas as bebidas açucaradas (inclusive sucos de frutas, leite adoçado com açúcar e todas as categorias de bebidas que

usam açúcar como adoçante) e devem excluir alternativas mais saudáveis (por exemplo, água e leite). Isso alcançará o impacto desejado na saúde ao incentivar a substituição por produtos mais saudáveis.

Lei ordinária (será apresentada em 2025 para definir alíquotas)

Tabaco: Deve ser adotado um imposto específico uniforme com alíquotas altas para os cigarros

Bebidas alcoólicas e açucaradas: Devem ser adotadas alíquotas altas para o componente específico, que aumentem conforme os teores de álcool e açúcar

Magnitude das alíquotas: Pares internacionais e benchmarks alinhados às características do país podem ajudar a estimar a magnitude de alíquotas viáveis para o componente específico dos três **impostos**.

Indexação para **impostos** específicos: Devem ser feitos ajustes regulares para proteger os valores reais dos **tributos** (possivelmente de forma automática), evitando, assim, que a **inflação** reduza os impactos na saúde e a receita do imposto seletivo. Isso significa uma indexação automática ao índice de preços ao consumidor e um ajuste adicional para os aumentos da renda no longo prazo, de forma a garantir que os produtos não se tornem mais acessíveis ao longo do tempo.

Fonte: Banco Mundial

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-e-esse/2024/10/banco-mundial-diz-que-tributacao-de-produtos-nocivos-a-saude-beneficia-principalmente-baixa-renda.shtml>

Cerca de 600 mil itens podem ter preços elevados após Reforma Tributária; entenda

Quase 600 mil itens deverão sofrer aumentos com as mudanças promovidas pela **Reforma Tributária**. O dado é fruto de um levantamento feito pela Roit, empresa de inteligência artificial para a área tributária. Apesar de elevado e assustar de início, o número está muito abaixo daqueles que deverão sofrer diminuição nos preços devido à reforma: quase 1,2 milhão.

Receba as principais notícias direto no WhatsApp! Inscreva-se no canal do Terra

O advogado tributarista Lucas Ribeiro explica, no entanto, que a grande questão para as empresas não perderem seus lucros é saber se os produtos que elas comercializam por ela terão maior ou menor incidência de **impostos**.

Para o estudo, foram analisados dados de 837 empresas, que, juntas, faturaram cerca de R\$ 470 bilhões em 2023, ano da análise comparativa.

O que nós estamos afirmando é que, para que essas empresas consigam manter os seus resultados, elas vão precisar aumentar preços em alguns itens e vão reduzir preços em outros, afirma o CEO da Roit.

O presidente-executivo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), João Eloi Olenike, confirma ao Terra que é possível que itens fiquem mais caros do que outros com a introdução do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, que reúne as tributações federais e estaduais.

Isso ocorre devido à forma como os novos **tributos**, como a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), de competência federal, e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), de competência estadual e municipal, serão aplicados e como substituirão **tributos** que atualmente possuem alíquotas e incidências diferentes, afirma.

Olenike dá como exemplo produtos que atualmente possuem isenções de ICMS ou PIS/Cofins, como eletrônicos e cosméticos. Com o novo imposto, os itens podem ter o preço elevado caso esses benefícios sejam revistos.

O nosso ponto de alerta é saber quais são esses itens, porque imagina que no meio de todos esses itens, tem algumas empresas aqui que só tem um, dois itens, que são só os que aumentam. Então, se são só os que

aumentam que estão para essas empresas, será que elas não vão ter dificuldade em repassar o aumento de preço e elas vão ter que suportar isso na sua margem com a **reforma tributária?**, pondera Lucas Ribeiro.

O executivo da Roit afirma que não é possível divulgar a lista de itens que sofrerão aumentos por envolver dados de clientes da empresa de consultoria. Segundo ele, foram inseridos dados específicos de identificação de produtos e suas respectivas marcas.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/cerca-de-600-mil-itens-podem-ter-precos-elevados-apos-reforma-tributaria-entenda,c1ea0d29444a67a6698a0b4e5ae6889k5ukrj8q.html>

Com eleições municipais e Congresso vazio, projetos importantes para o governo estão parados; veja lista

Por Pedro Figueiredo, GloboNews - Brasília

Um dos principais temas que estão parados são a regulamentação da **Reforma Tributária** (veja detalhes mais abaixo).

A Câmara trabalhou em esforço concentrado - quando as sessões ocorrem todas em menos semanas para exigir que os deputados não precisem vir à capital toda semana. Nas duas últimas semanas, inclusive, o ponto biométrico foi liberado.

Já o Senado fez muitas sessões semipresenciais, permitindo presença virtual dos parlamentares. Nestas sessões, temas mais relevantes não são tratados, porque o plenário fica muito esvaziado.

Diante da falta de quórum, o governo chegou a retirar a urgência de três propostas que tramitam na Câmara.

Normalmente, quando o Executivo envia um projeto para o Parlamento é comum atribuir urgência constitucional a ele - um recurso previsto na Constituição que dá direito ao presidente da República de colocar um projeto em regime de urgência. No entanto, se os projetos não forem votados dentro do tempo, travam a pauta.

Veja abaixo lista das propostas e o que prevê cada uma:

O principal projeto de lei que normatiza as regras da Reforma já passou pela Câmara ainda no primeiro semestre. E só agora, depois das eleições, vai andar no Senado. O relator, Eduardo Braga (MDB-AM) apresentou nesta quarta (23) o plano de trabalho, que prevê a realização de sessões temáticas e audiências públicas até 14 de novembro. Só depois disso o relatório deve ser apresentado e votado. Se houver mudanças, ainda terá que voltar para a Câmara.

O segundo projeto de lei, que cuida das questões federativas, ainda não andou na Câmara. A previsão era votar nas semanas de esforço concentrado, antes do primeiro turno. Mas até agora nada. A aliados, Lira disse que quando o Senado votar o primeiro projeto que regulamenta a Reforma, a Câmara vota o

segundo.

Projeto considerado prioritário pelo vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, trata de incentivo fiscal para que montadoras automotivas invistam em descarbonização. O governo chegou a apresentar uma medida provisória sobre o tema, que caducou. E o projeto não tem prazo para ser analisado.

O governo enviou projeto que permite mudanças na forma de conceder o Auxílio Gás. O programa mudaria o nome para Gás Para Todos. E os beneficiários retirariam de graça os valores nos fornecedores. Hoje o benefício é pago junto com o Bolsa Família.

A proposta prevê a flexibilização da Política de Conteúdo Local do setor de Óleo e Gás, permitindo que o excedente do conteúdo local possa ser utilizado em outros contratos, além daquele no qual a empresa foi contratada. Essa política é um importante instrumento de estímulo à indústria naval, por exemplo, obrigando as empresas que atuam no setor a contratar bens e serviços produzidos no Brasil.

Proposta da Fazenda que aumenta por um ano - ao longo de 2025 - a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. O projeto aumenta também a alíquota do imposto de renda retido sobre a remuneração de Juros de Capital Próprio (o valor que as empresas remuneram seus acionistas) de 15 para 20%. Governo prevê incremento de arrecadação de 21 bilhões de reais só no ano que vem se essa proposta for aprovada.

Está parado na Câmara o projeto aprovado no Senado que cria um novo programa de refinanciamento da dívida dos estados - o Propag. Atualmente estados endividados só podem aderir ao Regime de Recuperação Fiscal. O Propag permite a manutenção do valor da dívida e a compensação de parte dos juros com investimentos ou federalização de bens.

A ideia do projeto é criar um limite de emissões de gases do efeito estufa para as empresas. Aquelas que mais poluem deverão compensar suas emissões com a compra de títulos. Já as que não atingiram o limite

ganharão cotas a serem vendidas no mercado. Já foi aprovado na Câmara e está parado no Senado

O projeto cria um marco legal da inteligência artificial no Brasil. Com regras para o uso das novas tecnologias. Havia expectativa de que fosse aprovado ainda no início do ano, para valer a tempo das eleições. No entanto, divergências têm impedido o texto de avançar. Apesar de ser uma iniciativa do Senado, o projeto é considerado prioritário pela articulação política do governo.

Projeto é considerado da pauta verde e cria um programa que financia o investimento em energias alternativas, com a possibilidade de quitação de dívidas tributárias. Já foi aprovado na Câmara, mas está parado no Senado.

Os bioinsumos são produtos de origem biológica utilizados na agricultura para combater pragas e doenças, melhorar a fertilidade do solo e aumentar a disponibilidade de nutrientes para as plantas. É uma alternativa sustentável a fertilizantes e agrotóxicos. O projeto cria um marco legal no Brasil. O agro tem interesse na aprovação da proposta, mas pede mudanças do texto já aprovado no Senado e que agora está na Câmara.

Site:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/10/25/com-eleicoes-municipais-e-congresso-vazio-projetos-importantes-para-o-governo-estao-parados-veja-lista.ghtml>

Taxação de super-ricos é prioridade, defende Haddad

Alexandra Bicca Para o Valor, de Washington

Na abertura da última sessão da Trilha de Finanças do G20 em 2024 sob a presidência do Brasil, o ministro Fernando Haddad afirmou que o combate à desigualdade, por meio do imposto para super-ricos, é uma prioridade.

Em seu discurso, ele afirmou que este foi o maior legado da presidência brasileira do G20-a reunião ministerial de Washington encerra os trabalhos da Trilha de Finanças antes do encontro de chefes de Estado e governo, previsto para novembro, no Rio.

"A desigualdade aumentou dramaticamente em vários países. O Brasil considera esse um tópico particularmente importante. Por isso, defendemos que o G20 assuma uma nova e ambiciosa agenda de tributação. Devemos agir juntos para garantir que os super-ricos paguem sua cota justa em **impostos** de modo a combater a desigualdade", disse, no discurso que abriu a sessão na sede do FMI.

Haddad iniciou sua fala lembrando que em 2024 se celebram 80 anos de Bretton Woods e 25 anos da trilha financeira, e que o debate é essencial. Ele fez um balanço da atuação brasileira no G20, lembrando que a trilha financeira trabalhou em parceria com a chamada trilha de sherpas em temas cruciais como o combate à fome e à mudança climática, em mais de 30 reuniões que geraram "dezenas" documentos de consenso.

Haddad também aproveitou seu discurso, de cerca de oito minutos, para falar de questões ambientais. "A mudança climática é agora uma realidade. Trata-se de nada menos que uma ameaça

existencial à vida como a conhecemos. Devemos, portanto, focarem aumentar substancialmente o financiamento climático. Precisamos facilitar transições energéticas rápidas e equitativas, compatíveis com a proteção de vidas, meios de subsistência e biodiversidade ao redor do mundo."

Haddad está em Washington para a reunião de outono (hemisfério Norte) do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, onde permaneceu até a noite desta quinta-feira. Pela manhã, o ministro se encontrou com representantes da agência de

classificação de riscos S P Global Ratings.

Em um balanço sobre a presidência do Brasil no G20, o ministro da Fazenda comemorou os resultados conquistados até o momento. Para ele, os avanços foram significativos, pois foram dois comunicados aprovados com o consenso de todos os membros, apesar de todas as adversidades pelas quais muitas das nações estão passando.

Ele destacou que a África do Sul, próximo país a presidir o G20, já sinalizou que vai dar sequências às pautas do Brasil à frente do fórum.

"Eu diria que poucas [presidências dos G20] alcançaram esse grau de excelência e de resultado. Dois comunicados muito abrangentes, muito significativos do ponto de vista de reformas propostas. Nós trabalhamos temas muito delicados, taxaço de super-ricos, trabalhamos na questão do alinhamento dos MDBs [bancos multilaterais] em torno de um projeto de desenvolvimento global", destacou.

Segundo o ministro, o encontro com a S P Global Ratings foi solicitado pela agência e durou cerca de 30 minutos, no qual foram passadas informações sobre os cenários de médio e longo prazo do Brasil. Haddad classificou o encontro como bom.

"Foi um pedido deles [S P] para esclarecimentos e conhecimento da posição do governo a respeito do ambiente no Brasil. Foi uma conversa rápida", disse.

O ministro disse que revisões da nota do Brasil já foram feitas e que as agências são independentes. No começo deste mês a agência Moody's elevou a nota de crédito do Brasil de Ba2 para Ba 1, com perspectiva positiva. A agência justificou a elevação da nota brasileira pela melhora significativa no crédito do país, além do crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) e das reformas econômicas e fiscais.

O ministro reforçou ainda que o Brasil conseguiu colocar as questões climáticas na agenda do G20, com a criação de instrumentos para o financiamento da transformação ecológica. "Apesar da sensibilidade dos temas, nós conseguimos consenso de 20 países que estão vivendo uma situação geopolítica bastante complexa", disse. "Poderia haver uma interrupção da agenda brasileira. O discurso da África do Sul deixou

claro que haverá continuidade da agenda, sem prejuízo das marcas que a própria África do Sul", completou o ministro.

Ele também comentou o resultado do IPCA-15, prévia da **inflação** oficial de outubro divulgada na manhã de ontem, que mostrou uma aceleração maior do que o esperado. Segundo o ministro, a seca gera preocupação por estar pressionando os preços dos alimentos e de energia.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188022?page=1
§ion=2](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188022?page=1§ion=2)**

Sefaz recupera mais de R\$ 18 mi em créditos indevidos

A Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) identificou irregularidades na obtenção de créditos relacionados ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em operações realizadas por nove empresas que comercializam produtos ligados ao agronegócio. O trabalho de inteligência realizado pelos auditores fiscais impediu que cerca de R\$ 18 milhões deixassem de ser recolhidos para os cofres públicos.

Os créditos de ICMS são obtidos por alguns contribuintes que realizam operações comerciais específicas como, por exemplo, as exportações. A **legislação tributária** permite que o imposto recolhido durante essas transações seja transformado em um crédito, que poderá ser utilizado para abater dos valores devidos em outras operações comerciais realizadas pelo estabelecimento. O objetivo é evitar a cumulatividade na cobrança do tributo, reduzindo o seu impacto no valor final de qualquer produto.

Durante o trabalho de monitoramento, os auditores da Gerência de Planejamento Fiscal da Sefaz identificaram que um grupo de empresas acumulou os créditos de forma indevida, ou seja, em operações em que a legislação não garantia o benefício. Dessa forma, os contribuintes foram devidamente notificados e os valores debitados de seus respectivos saldos de crédito junto à Sefaz.

"Boa parte das operações realizadas por setores do agro é alcançada por benefícios fiscais. Com esses benefícios, os valores devidos de **impostos** quando essas mercadorias são comercializadas acabam sendo inferiores aos créditos acumulados no momento de aquisição, gerando assim um saldo credor de ICMS, que cresce constantemente. Com a revogação de um convênio em 2015 essa vantagem foi cancelada e o não estorno de tais créditos constitui infração à **legislação tributária**", explica o auditor fiscal da Sefaz Rafael Almeida.

Com o cancelamento desses créditos, o Estado passará a receber integralmente os valores dos **impostos** gerados nas demais operações comerciais realizadas por esses contribuintes. "É como se R\$ 18 milhões deixassem de sair dos cofres para quitar uma dívida do poder público com essas empresas. São recursos que poderão ser investidos em saúde, educação, infraestrutura, ou seja, em benefícios para o cidadão", complementa Rafael.

De acordo com o auditor da Sefaz, o próximo passo é estender o monitoramento sobre as operações relacionadas a outras atividades econômicas, além de ampliar a análise sobre mais empresas ligadas ao agronegócio.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/?numero=6421&edicao=135726>

Prévia da inflação avança para 0,54%

Sob pressão dos aumentos de preços da energia elétrica e dos alimentos, a prévia da **inflação** oficial no País acelerou de 0,13%, em setembro, para 0,54% em outubro, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15 (IPCA-15), divulgado ontem pelo IBGE.

O resultado fez a taxa acumulada em 12 meses voltar a subir, após dois meses seguidos de queda: de 4,12% para 4,47%, próxima ao teto da meta perseguida pelo Banco Central - que é de 3% no ano, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

Segundo analistas, houve piora em algumas das principais métricas qualitativas da **inflação** no período, o que tende a referendar a intensificação do ritmo de aperto monetário na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC, em novembro, quando se espera uma elevação de 0,5 ponto da Selic (que pularia de 10,75% para 11,25%).

"Os choques recentes no câmbio, energia e alimentação já traziam um viés para cima, porém o comportamento mais pressionado dos núcleos e dos serviços subjacentes trazem riscos adicionais", escreveu o Bradesco, em relatório. A medida de serviço subjacente exclui do conjunto total de serviços aqueles itens com maior volatilidade, como passagens aéreas ou excursões.

Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados no IPCA-15, oito tiveram aumentos de preços em outubro, com destaque para a alta de 1,72% nos gastos com Habitação. Neste caso, o maior peso veio da energia elétrica residencial, com alta de 5,29% - o equivalente a cerca de 40% de toda a **inflação** de outubro. Já Alimentação e Bebidas teve elevação de 0,87% no mês, com destaque para leite e derivados (1,49%) e carnes (4,18%).

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Prévia do IPCA reforça estimativas de inflação fora da meta no ano

I DANIELA AMORIM, ALINE BRONZATI, DANIEL TOZZI MENDES, GABRIELA JUCÁ e ANNA SCABELLO

A divulgação da prévia do IPCA de outubro, que bateu em 0,54%, levou o mercado a prever aumento de pressões de preços no curto prazo, o que pode provocar o estouro da meta no ano - de 3%, com margem de tolerância até 4,5%.

Um dos pontos destacados pelos analistas tem a ver com os chamados serviços subjacentes, métrica que exclui do conjunto total aqueles itens com maior volatilidade. Segundo cálculos do Banco BV, esse grupo acelerou de 0%, em setembro, para 0,59% em outubro, acima do teto das estimativas coletadas pelo Projeções Broadcast, de 0,58%. Com o resultado, a variação acumulada nos últimos 12 meses foi a 5,09%.

Na avaliação do economista da XP Investimentos Alexandre Maluf, os dados divulgados ontem reforçam "a tendência de deterioração" da **inflação** no País. "Não apenas porque as métricas mais relevantes para a condução da política monetária superaram as expectativas, mas também porque os fundamentos (expectativas, dados do mercado de trabalho, demanda doméstica e câmbio) indicam que a **inflação** não irá convergir (para a meta) sem uma resposta adequada da política monetária", justifica. A XP estima um IPCA de 4,6% em 2024, mas a projeção tem viés de alta, segundo Maluf. A estimativa em tempo real (tracking) da corretora já aponta, por exemplo, para **inflação** de 4,7%.

A piora nas métricas qualitativas do IPCA-15 de outubro também foi destacada pelo economista do Santander Brasil Adriano Valladão. Ele cita, além dos serviços subjacentes, a aceleração de bens industriais (que passaram de 1,3% para 1,6% no acumulado de 12 meses, nos seus cálculos), movimento que pode ser um dos reflexos da recente desvalorização cambial.

A estimativa em tempo real do Santander Brasil para o IPCA no ano segue em 4,7%, mas Valladão destaca que há muita incerteza quanto ao comportamento dos preços à frente, sobretudo no caso da energia elétrica.

HADDAD. Em Washington, onde participa das reuniões anuais do FMI, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que ainda há uma

preocupação com o impacto da seca na **inflação**, mas que o resultado final deve ficar dentro da meta.

"Nós ainda estamos preocupados com a questão da seca, tanto em relação à energia quanto em relação a alimentos, embora os núcleos tenham apontado uma avaliação superior à esperada", disse Haddad. "No acumulado do ano, nós estamos entendendo que a **inflação** deve ficar dentro da meta e, do meu ponto de vista, tem mais a ver com a questão do câmbio e da seca do que propriamente com algum impulso maior nos preços."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Brasil tem de liderar debate da economia e do clima, dizem empresários

BEATRIZ BULLA WESLEY GONSALVES

Um grupo de empresários brasileiros se debruça, desde o início do ano, sobre os principais desafios econômicos contemporâneos para influenciar os debates que os países do G-20 - que reúne as maiores economias do mundo, responsáveis por 75% do comércio global - terão durante a cúpula do órgão nos dias 18 e 19 de novembro, no Rio de Janeiro.

Antes desse encontro oficial, no entanto, o B-20 - braço empresarial do G-20 - reúne-se em São Paulo para debater e divulgar os temas defendidos pelo grupo, e que deverão estar na pauta dos debates no Rio. O encontro do grupo começou ontem e termina hoje.

Os principais assuntos abordados nesse encontro estão em nove entrevistas concedidas ao Estadão por CEOs e executivos encarregados das forças-tarefa do grupo empresarial.

Três eixos atravessam a avaliação do setor privado em praticamente todas as entrevistas: transição energética e crise climática; necessidade de inclusão da mulher em patamar igual ao dos homens nos negócios; e discussões trazidas pela inteligência artificial.

E eles são dominantes não apenas nos grupos que os analisam especificamente, mas também nos debates sobre finanças, comércio global e educação.

"O Brasil tem uma oportunidade única e deve usar o B-20, o G-20, a COP (conferência anual sobre mudança do clima) como instrumentos de inserção na geopolítica global. O Brasil deveria se colocar numa posição de ator relevante, principalmente na questão ambiental, onde podemos fazer uma grande transformação", afirma o conselheiro da Suzano Walter Schalka.

O B-20 congrega empresários dos diferentes países ligados ao G-20. São mais de 1,2 mil representantes do setor privado, que fazem um diagnóstico dos desafios comuns e recomendações aos governos sobre o que, na visão da iniciativa privada, deve ser prioridade nos debates do G-20. Neste ano, com o Brasil na presidência do grupo, a coordenação do B-20 ficou a cargo da Confederação Nacional da Indústria

(CNI).

Um documento com as principais recomendações do empresariado foi levado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva no final de agosto. Entre elas, está a revisão da restrição comercial imposta por países do G-20 nos últimos três anos e a "promoção de metodologias aceitas internacionalmente para cálculo e prestação de contas sobre a pegada de carbono de produtos".

Algumas áreas do governo já têm absorvido o conteúdo do setor privado em seus documentos preparados para o encontro de chefes de Estado do G-20. É o caso do debate sobre sistemas alimentares.

Este ano, o B-20 buscou simplificar e reduzir o número de recomendações aos governos.

Cada grupo fez apenas três recomendações. O intuito é conseguir tornar mais efetivo o debate.

O governo estabeleceu três temas para a cúpula do grupo deste ano: combate à fome e à pobreza, desenvolvimento sustentável e transição energética e a reforma de organismos de governança internacional.

Tripé Transição energética e crise climática, inclusão de mulheres e IA estão no centro das atenções

-

Entrevistas

Educação de hoje no Brasil não prepara para o futuro do trabalho"

Walter Schalka Conselheiro e ex-presidente da Suzano

A educação de hoje não prepara os jovens para o futuro do mercado de trabalho. E esse é um dos principais desafios que os países do G-20 precisam enfrentar. A avaliação é de Walter Schalka, conselheiro da Suzano, empresa que presidiu durante os últimos 11 anos.

Ao longo de 2024, ele coordenou debates com empresários das 20 maiores economias do mundo para discutir essa questão. Os principais fatores que têm alterado o mundo do trabalho, segundo ele, são a

inteligência artificial, a questão climática e o nearshoring, produção mais próxima do destino.

Para o Brasil, segundo Schalka, o caminho é investir em escola em tempo integral e em ensino mais digital.

O que chamou a atenção do sr. ao discutir com o empresariado global sobre emprego e educação?

Nosso trabalho se iniciou discutindo as tendências que vão mudar a questão do trabalho e da educação no futuro.

A mais óbvia é a inteligência artificial, que vai mudar dramaticamente o papel das pessoas na sociedade. A segunda é a questão geopolítica global, que está levando ao nearshoring. As pessoas trazem as empresas para mais próximo, não mais na busca da eficiência total. Antes, o objetivo era de produtividade e redução de custo. Agora, a questão geopolítica se sobrepõe a isso. E tem um terceiro aspecto muito relevante, que é a questão ambiental.

A crise climática vai mudar a força de trabalho e o consumo, e aí uma série de coisas ao longo do tempo. Isso faz com que o trabalho do futuro não seja o trabalho de hoje.

Só que o problema é que a educação de hoje é igual à educação de 10, 15, 20 anos atrás. Então, nós temos de projetar o trabalho do futuro.

Estamos olhando para daqui a 10 ou 15 anos e estamos olhando uma educação de 20 anos atrás. Há uma defasagem de 30 anos, 40 anos na educação. Hoje, o jovem está sendo preparado da forma como eu, você ou os nossos pais fomos preparados. É uma defasagem muito grande.

Qual é o ponto central das propostas levadas ao governo brasileiro?

Temos propostas concretas, de mudança da forma da educação. Uma outra coisa que vai mudar muito é a inserção gradual da mulher na força de trabalho. A mulher vem, gradativamente, fazendo uma inserção maior e ela deveria representar, no futuro, 50% da liderança global, porque é 50% da população global. Isso também vai mudar as relações dentro das empresas e dentro da sociedade.

E quais ações tomar?

E aí vem um problema mais profundo: as ações são muito diferentes entre países.

Mas nós tivemos sucesso com a participação de todos os países, mais de 130 membros participando

ativamente, chegamos a um consenso da nossa proposta.

Pode dar exemplo dessas diferenças de ações que precisam ser tomadas pelos países?

Países do Hemisfério Norte têm Pisa (programa internacional de avaliação de alunos, na sigla em inglês) muito mais elevado. Então, dar uma recomendação para eles talvez não seja válida, mas para o Brasil é fundamental: escola em período integral. Existe uma correlação quase direta entre qualidade de ensino e escola em período integral.

Outra questão fundamental para o Brasil, dada sua dimensão continental, é a digitalização.

O Brasil precisa ter uma escola mais digital. Não podemos estar a reboque como estamos na tecnologia.

"Há uma defasagem de 30 anos, 40 anos na educação. Hoje, o jovem está sendo preparado da forma como eu, você ou os nossos pais fomos preparados"

-

"Agricultura regenerativa captura até 23% das emissões"

Gilberto Tomazoni CEO da JBS

Se em aumentar substancialmente o investimento na transformação da agricultura global para um sistema regenerativo, o mundo não conseguirá enfrentar dois de seus principais desafios: a insegurança alimentar e a crise climática. Quem diz é Gilberto Tomazoni, CEO da JBS. Ele liderou a força-tarefa sobre sistemas alimentares sustentáveis e agricultura do B-20, o braço empresarial do G-20.

Ao longo deste ano, Tomazoni articulou com empresários dos demais países as três recomendações do setor privado aos governos, que incluem ações para aumento de produtividade, financiamento da agricultura regenerativa e demandas sobre o sistema de comércio global.

O B-20 fala, no documento sobre sistemas alimentares, que é preciso financiamento para apoiar a transição da agricultura para sistemas sustentáveis e impulsionar a produtividade no agro. Em que situação o Brasil está, comparado aos demais países?

Temos uma diferença grande de produtividade entre a agricultura de alta performance com a agricultura rural, vamos chamar assim. Isso ocorre no mundo inteiro.

Por isso, essas recomendações que encaminhamos servem para todo o mundo, porque todo o mundo tem de fazer a mesma coisa: aumentar a produtividade, principalmente no pequeno produtor.

No Brasil não é diferente. Temos uma agricultura de precisão, de alta tecnologia e, ao mesmo tempo, convivemos com uma agricultura familiar rudimentar. O desafio é fazer com que tecnologias já adotadas por esse grupo de produtores, que utilizam biotecnologia, robótica, cheguem aos pequenos produtores.

A grande transformação que temos de fazer é o uso da agricultura regenerativa.

Mas temos algumas barreiras que terão de ser ultrapassadas.

A principal é a econômica.

Ele tem de fazer um investimento inicial e, quando o fluxo de caixa é pequeno, não sobra dinheiro para investir. E, aí, a terra vai degradando, e obriga a abrir novas áreas para conseguir produzir.

Quando a gente resolver isso, também resolve grande parte da questão do desmatamento.

Qual o caminho para superar a barreira econômica?

É preciso de financiamento para que ele (agricultor) possa ter o engajamento inicial.

As práticas de agricultura regenerativa são mais produtivas, mas levam tempo até que você vai mudando, melhorando a resiliência e a biodiversidade do solo. A segunda barreira é operacional, explicar como fazer isso. A terceira é social. É preciso convencer as pessoas que isso é melhor do que o que se fazia antes.

O B-20 diz que é necessário ter de US\$ 300 bilhões a US\$ 350 bilhões, por ano, até 2030. Quais são os riscos se esse investimento não ocorrer?

Se não conseguirmos aumentar a produtividade, os alimentos vão ficar menos acessíveis. Se não fizermos esse trabalho regenerativo, o planeta vai perdendo a capacidade de se regenerar. Se não aumentarmos a resiliência do solo, nós vamos perdendo a capacidade de produção, você vai precisar cada vez colocar mais fertilizantes.

Estamos gerando 25% das emissões globais.

Quando você usa práticas regenerativas e aumenta a produtividade, você pode produzir até 15 vezes mais

e, ao invés de emitir (carbono), captura os gases de efeito estufa.

A agricultura regenerativa tem capacidade de capturar de 9% a 23% de todas as emissões globais.

"É preciso de financiamento para que o agricultor possa ter o engajamento inicial. A agricultura regenerativa é mais produtiva, mas leva mais tempo"

-

"O tema do clima virou uma grande guerra comercial"

Luciana Ribeiro Sócia-fundadora da gestora e B Capital

As garantias para atrair capital privado na transição para uma economia de baixo carbono precisam aumentar. Isso implica elevar a efetividade do uso de recursos dos bancos multilaterais e de desenvolvimento, revisar padrões do sistema financeiro e ter os setores público e político comprometidos com um cenário de estabilidade. Esta é a avaliação de Luciana Ribeiro, sócia-fundadora da gestora e B Capital e líder da força-tarefa do B-20.

O que chamou sua atenção ao longo desse trabalho na força-tarefa específica do B-20?

Percebi que existe uma percepção global sobre a necessidade de mobilização de capital privado para a temática de transição climática. Quando a gente fala de transição climática do ponto de vista global, estima-se que serão necessários algo em torno de US\$ 150 trilhões (R\$ 846 trilhões) ao longo das próximas três décadas para viabilizar essa transição. E 80% desse capital será privado. O discurso hoje tem sido de financiamento climático e o financiamento parte do pressuposto de não retorno financeiro.

Começamos a ver uma mudança de discurso, de financiamento para investimento.

Porque há diferentes setores nesse ambiente de transição climática que são excelentes oportunidades de negócio e passíveis de retornos financeiros muito interessantes. Então, você vê hoje os grandes gestores de recursos olhando para as temáticas climáticas com interesse.

Mas também vemos que, em relação a algumas situações, seja de países em desenvolvimento, seja algumas novas tecnologias, onde existem riscos que são adicionais aos riscos tradicionais do projeto, o setor público vai ter de atuar de forma a reduzir os riscos.

Como vê a América Latina e o Brasil em termos de capacidade de atração desses recursos?

Poucas regiões têm tanto a agregar quanto a América Latina.

A gente tem a questão da Amazônia, e a floresta é um elemento central. Mas não quero me reduzir à questão da Amazônia.

O Brasil teve 90% da sua produção elétrica vinda de (fontes) renováveis, é o segundo maior produtor de biocombustíveis do mundo. Quando falamos de minérios críticos, por exemplo, não só o Brasil é muito forte, mas o Chile tem uma relevância muito grande, a Argentina também. Os países da América do Sul poderiam ser provedores de produtos com energia limpa. Nós estamos ainda numa fase muito inicial do hidrogênio, mas, quando agente olha países que podem ter hidrogênio a custo baixo, independentemente de subsídios, o Brasil certamente é um deles. Mas, por conta das divisões políticas, por conta talvez até de uma ausência de posicionamento do Brasil em mesas de negociação, em mesas em que o capital privado esteja presente, nos parece que o Brasil fica um pouco isolado e a América Latina fica um pouco isolada da discussão.

Uma das prioridades do governo na discussão com os ministros de finanças durante os encontros do G-20 é com relação à taxa dos muito ricos.

Isso fez parte das discussões da força-tarefa?

Não fez parte. Houve um consenso, na nossa força-tarefa, de que, a partir do clima, nós podemos ter uma nova evolução dos países. Existe, hoje, países que se basearam muito nas energias poluentes e nós estamos vivendo um momento muito crítico.

O tema do clima virou uma grande guerra comercial

"Por conta de divisões políticas, por conta talvez até de uma ausência de posicionamento em mesas de negociação, nos parece que o Brasil fica um pouco isolado"

-

"É preciso incentivar a paridade salarial para mulheres"

Paula Bellizia Vice-presidente da Amazon Web Services na América Latina

Para garantir que o progresso não vire retrocesso, é preciso conseguir mapear e acompanhar o quanto os países têm caminhado para proporcionar acesso

paritário a mulheres no ambiente de negócios.

Essa é uma das conclusões de Paula Bellizia, vice-presidente da Amazon Web Services (AWS) na América Latina e líder do conselho de ação Mulheres, Diversidade e Inclusão em Negócios do B-20.

O relatório do B-20 aponta que, para cada 100 homens promovidos a cargos gerenciais, só 81 mulheres - ou 54 no caso de mulheres negras - conseguem o mesmo avanço.

O tema de inclusão das mulheres e diversidade ganhou um novo patamar no G-20. Pode explicar?

Sob a liderança do Brasil, do G-20 e, portanto, do B-20, tivemos a formalização dessa força-tarefa especial, que é o Conselho de Ação de Mulheres e Negócios, Diversidade e Inclusão. Foi a primeira vez que houve esse destaque para termos a mesma profundidade, a mesma oportunidade de apresentar propostas que outros temas importantes têm. Tivemos uma diversidade muito grande de culturas, países e crenças. E muitas discussões sobre outros grupos subrepresentados. Mencionamos em várias partes do nosso documento que é necessário entregar estruturas públicas, trabalhar na inclusão de todas as pessoas. Eu acho que é um sinal de que, no caso da liderança do Brasil, tomamos a dianteira e formalizamos isso como um dos pilares de crescimento inclusivo e sustentável. Eu fico muito feliz que essa proposta tenha vindo da presidência do G-20 na oportunidade do Brasil. Agora, não dá para deixar de ver que a gente tem dois passos para frente e alguns para trás. Nossas conquistas são frágeis e mais demoradas do que a gente gostaria.

Mesmo assim, eu continuo otimista.

Quais as prioridades nesse assunto hoje?

Buscamos ter poucas e boas propostas, que pudessem ser adotadas pelo maior número de países dentro do G-20. Falamos de oferecer políticas públicas estruturantes para que as mulheres e outros grupos tenham acesso à nutrição, à educação desde a infância. E falamos da necessidade de mapear onde os países estão. Existem estudos da McKinsey e do Banco Mundial que mostram que, na inclusão de paridade de gênero no mercado de trabalho, poderíamos aumentar o **PIB** global em até 20%.

Quais são as propostas concretas do B-20 para o G-20 avançar nessa questão?

Recomendamos que os países cada vez mais incentivem as empresas, a iniciativa privada e os órgãos públicos a terem mecanismos de avanço para

as mulheres em suas carreiras. Recomendamos que os países mapeiem e criem incentivos para que a igualdade de salários seja alcançada.

Precisamos de mulheres chegando às posições de tomada de decisão. Precisamos de mais mulheres em desenvolvimento de soluções tecnológicas.

O que a sra. espera que seja feito, de concreto, pelo Brasil no G-20?

Estamos (no B-20) muito preocupados em sermos práticos. Nós fomos entregar essas propostas ao presidente Lula. A receptividade foi muito positiva. Uma das coisas que a gente discute é como vai monitorar o que vai ser adotado ou não. E como vai mapear o progresso do que for adotado. Se a gente não monitora o progresso, pode virar retrocesso.

"Uma das coisas que a gente discute é como vai monitorar o que vai ser adotado ou não. Se a gente não monitora o progresso, pode virar retrocesso"

-

"Temos vantagem; estamos adiantados na transição"

Ricardo Mussa CEO da Raízen

O CEO da Raízen, Ricardo Mussa, já está calejado, como ele mesmo diz, quanto ao envolvimento do setor privado nas discussões paralelas ao G-20.

Por isso, sabe que muito do que o empresariado recomenda é difícil de implementar, em razão dos desafios geopolíticos.

Dessa vez, porém, ele diz estar mais otimista. Afirma que o Brasil terá voz ativa sobre transição energética, pois tem legitimidade para falar do assunto, e espera um "superprotagonismo" do governo brasileiro.

"O Brasil é parte da solução, não do problema", diz Mussa, que foi líder, no B-20, o braço empresarial do G-20, da força-tarefa que discute transição energética, considerado o grande tema do encontro de chefes de Estado deste ano.

O sr. já participou do B-20 antes. O que muda com o Brasil como anfitrião?

Toda vez que o País é sede, escolhe os líderes de cada uma das temáticas. Essa é a terceira vez que participo. A vantagem de ser chair (organizador) é que, primeiro, você escolhe quem são os cochairs e você consegue conduzir melhor o processo. E a principal mudança que fizemos foi reduzir muito o número de recomendações (aos governos).

Chegamos a ter mais de 50 recomendações nos últimos, e agora fomos para três, apenas.

É justamente para conseguir ter algo mais impactante, que você consiga falar de forma mais simples e influenciar mais. A segunda coisa que fizemos (diferente) foi antecipar a divulgação das recomendações, com quase dois meses antes das edições anteriores, para ter mais tempo de conversa com os representantes do G-20, para realmente fazer a diferença. O que eu senti nas últimas edições é que tínhamos pouco tempo para poder influenciar, porque a função do B-20 é influenciar o G-20. Temos uma vantagem nesse G-20. O Brasil está na liderança. Estamos adiantados na transição. Hoje, 85% da nossa matriz energética é renovável. Todo mundo tem meta de chegar a 2050 com 50%. Neste B-20, demos destaque maior para o biocombustível, porque vemos que ele pode contribuir mais rapidamente do que outras ações de inovação de mais longo prazo.

Quais as metas colocadas?

A primeira meta: a gente tem de triplicar a produção de energia renovável, seja qual for, porque cada país tem uma lógica. Tem país que usa mais eletrificação, outro país é biocombustível, assim por diante. A segunda meta, que afeta todo mundo, é como melhorar a eficiência para consumir menos energia. E o terceiro, e talvez um dos índices mais polêmicos, é a questão do que a gente chama de nature based solutions, isso vai afetar muito o Brasil. Se encontrarmos um mecanismo de remuneração da floresta em pé, por exemplo, vamos conseguir reduzir o desmatamento legal.

E como tem sido a receptividade tanto do governo brasileiro quanto dos demais governos?

Nessa discussão, o governo brasileiro acho que está num bom momento, está escutando.

Eu sinto uma receptividade muito grande do tema, até porque estamos na liderança.

Nos demais governos, aí a geopolítica entra em jogo.

Mas a mudança climática está mais presente do que estava há um ano, dois anos. Então, há dois, três anos, ainda havia gente negando a mudança climática. Infelizmente, a transição energética é inflacionária.

O petróleo é muito barato. Precisamos do meio-termo correto. E não podemos nos enganar. Não tem uma solução única para o mundo.

"A mudança climática está mais presente do que estava há um ano, dois anos. Então, há dois, três

anos, ainda havia gente negando a mudança climática"

-

"Antes de IA, precisamos promover a inclusão digital"

Fernando de Rizzo CEO da Tupy

Embora o tema de inteligência artificial gere interesse no mundo todo, há um outro passo que precisa ser dado, antes, para que essa nova realidade não gere mais distorções sociais: a inclusão digital efetiva. "De tudo que falamos, inclusão digital é muito importante, antes da inteligência artificial, porque senão teremos um grupo de pessoas que está dentro e um grupo que está fora. Esse grupo que está dentro, com a inteligência artificial, vai avançar muito. E o grupo que está fora vai ficar muito distante. Então, promoveremos ainda mais desigualdade", afirma Fernando de Rizzo, CEO da Tupy, empresa de bens de capital e fabricante de motores e geradores de energia.

Ele lidera a força-tarefa do B-20 que debate os temas de transformação digital. "O nosso problema está no mundo físico. O problema do mundo físico é dar saneamento, água potável, habitação segura.

Criar condições de vida melhores, alimentos baratos.

E toda essa tecnologia só faz sentido se colaborar. Não podemos perder essa conexão." O que, na visão dos empresários, é crucial no debate sobre o mundo digital dentro do G-20?

Trouxemos um grupo de cerca de 40 tendências importantes e pedimos aos 165 membros que votassem nas oito mais relevantes e, depois, nas três prioritárias. A partir disso, construímos uma matriz de prioridades, identificando as três recomendações fundamentais.

A primeira, e na nossa opinião a mais importante, é a inclusão digital. Estamos falando de políticas públicas para o desenvolvimento dos países, alinhadas com as diretrizes do G-20. Os princípios que o B-20 iria seguir são cinco: promover crescimento inclusivo e combater a fome, a pobreza e a desigualdade; acelerar a transição justa para emissões líquidas zero; aumentar produtividade por meio da inovação; reforçar a resiliência das cadeias globais de valor; e valorizar o capital humano. Dentro desse conceito, a inclusão digital é essencial.

Temos uma fração significativa da sociedade que não participa hoje. Globalmente, cerca de 2,6 bilhões de pessoas não têm acesso digital.

No Brasil, 16% da população, ou 29 milhões de brasileiros, estão desconectados. Isso significa que essas pessoas estão sendo excluídas da nova economia e das oportunidades de gerar riqueza e ter acesso ao conhecimento. A segunda recomendação é sobre confiança digital, que envolve cibersegurança e a transmissão segura de dados. A terceira recomendação é referente à inteligência artificial. A IA pode melhorar a vida das pessoas, eliminar gargalos e colaborar com o enfrentamento das mudanças climáticas, apesar de ser uma grande consumidora de energia. O mundo aumenta o consumo de energia todo ano, algo como 1,3%.

A gente tem aumentado o uso de (combustíveis) fósseis, por conta dessa diferença. A inteligência artificial pode ajudar a economizar isso, se formos capazes de usá-la para tomar melhores decisões.

Como o Brasil chega a esse debate de transformação digital em comparação com os seus pares?

O Brasil tem um ecossistema de empresas, nacionais e multinacionais, operando aqui.

O País tem vantagens competitivas reais. Agroindústria, qualquer indústria que tiver necessidade de energia, o Brasil será muito competitivo.

Temos um potencial eólico muito forte, potencial solar muito forte, potencial de biocombustíveis muito forte.

Nossa compreensão é que essas tecnologias precisam ser aplicadas e ajustadas a essas necessidades.

"No Brasil, 29 milhões de pessoas estão desconectadas. Elas estão excluídas da nova economia e das oportunidades de gerar riqueza e ter acesso ao conhecimento"

-

"Países usam meio ambiente para criar barreiras"

Francisco Gomes Neto CEO da Embraer

S e, de um lado, o avanço das preocupações de consumidores e empresas com a sustentabilidade da cadeia de fornecimento de produtos aumenta a atenção e busca por uma transição "verde", de outro, abre espaço para o que os países vêm chamando de protecionismo ambiental.

E este é um dos temas da pauta do G-20. "Alguns países usam o meio ambiente para criar barreiras comerciais", afirma o CEO da Embraer, Francisco

Gomes Neto. Ele liderou a força-tarefa do B-20 sobre comércio e investimento.

Até 2022 mais de mil leis climáticas haviam sido aprovadas desde a adoção do Acordo de Paris. No ano passado, o Parlamento Europeu aprovou legislação que impede que produtos oriundos de áreas florestais que foram desmatadas a partir de 1.º de janeiro de 2021 sejam vendidos nos 27 países que integram a União Europeia.

Qual tema dentro da área designada de comércio e investimento você acredita ser o mais relevante ou urgente para ser discutido este ano?

Chegamos a três recomendações para análise do G-20. E, se tivesse de escolher uma, escolheria a sustentabilidade da cadeia de valor.

É sobre o que vemos hoje no mundo, onde alguns países usam o meio ambiente para criar barreiras comerciais.

Cada recomendação foi acompanhada de duas políticas de ação que sugerimos.

No caso das cadeias de valor impactadas por regulação ambiental, há situações em que, por exemplo, queimadas na Amazônia geram restrições na importação de produtos do Brasil. A primeira política de ação que definimos é promover regras internacionalmente aceitas para o cálculo da pegada de carbono.

Assim, todos usariam a mesma regra, facilitando o entendimento e a ação dos exportadores. Outra questão é que, nos últimos três anos, observamos a introdução de várias barreiras comerciais. Gostaríamos que o G-20 promovesse uma revisão dessas barreiras para avaliar o que pode ser removido. Outra recomendação é manter os acordos de livre comércio existentes e promover novos.

O Brasil é visto como um player importante no tema da transição energética e sustentabilidade. O País tem feito frente às oportunidades?

O Brasil é um campeão em energias limpas. A geração de energia elétrica no Brasil é majoritariamente limpa. Recentemente, houve a sanção da lei do combustível do futuro, com anúncios de investimentos focados no biometano, gás biometano e SAF (combustível sustentável para aviação). O Brasil tem a oportunidade de ser protagonista mundial nesse processo de transição energética, e estamos avançando, embora ainda haja desafios pela frente.

Precisamos de investimentos para produzir SAF em grande escala e com preço competitivo. A oportunidade está aí, e a Embraer está apoiando essa iniciativa.

Qual são os desafios para o Brasil nesses temas, tanto no G-20 quanto internamente?

O Brasil busca resgatar a importância da indústria, com um programa da nova indústria que visa gerar empregos de alta qualidade. O Brasil está procurando um caminho para crescer e tornar a indústria mais relevante, aumentando as exportações. Há desafios pela frente, mas a transição energética é uma oportunidade fantástica para o Brasil, e vamos aproveitar isso.

"Há situações em que queimadas na Amazônia restringem a importação de produtos do Brasil.

Defendemos regras para o cálculo da pegada de carbono"

-

"Doenças mentais estão ligadas a assédio no trabalho"

Claudia Sender Conselheira da Embraer, Gerdau, Telefônica e Holcim

Saúde mental é um dos temas de preocupação de especialistas em integridade e compliance dentro das 20 maiores economias do mundo. O empresariado tem se preocupado com o aumento dos casos de depressão e ansiedade.

Segundo a executiva Claudia Sender, conselheira de empresas como Gerdau e Embraer e ex-CEO da Latam, é tarefa dos países e das empresas garantir um ambiente de trabalho livre de assédio para tentar diminuir o tamanho deste problema. O tema entrou nas recomendações do B-20.

Como chegamos à discussão de ética e compliance em 2024?

Integridade e compliance não podem ser discutidos sem falar das ações anticorrupção.

Já existe um arcabouço interessante de informações.

A surpresa foi ver que, com toda essa informação, ainda não conseguimos um combate efetivo à corrupção e a práticas ilícitas.

E quais os principais temas de integridade e compliance definidos pelo B-20?

Conseguimos, tendo essa surpresa em mente, transformar isso em ação, por exemplo, ao falar do combate à corrupção, em parar de focar apenas nas punições e sanções, e começar a falar em estímulo a empresas éticas. É trazer um olhar positivo para as empresas com bom comportamento, à legislação e às boas práticas.

Quando falo em temas contemporâneos, foco principalmente na terceira recomendação (que envolve ambiente de trabalho justo e ético, livre de assédio e de qualquer tipo de discriminação), que foi inovadora ao colocar as pessoas no centro de políticas públicas e privadas. Não estamos mais apenas falando de empresas e governos, mas de como certas ações afetam seres humanos que estão dentro dessas empresas e países, e que são impactados por comportamentos não éticos.

A terceira recomendação é dividida em duas partes. A primeira é promover um ambiente de trabalho justo e livre de assédio e discriminação.

Trata-se de uma epidemia visível durante a pandemia da covid, relacionada à saúde mental. Isso está diretamente ligado ao comportamento no ambiente de trabalho.

Também trouxemos o tema de transparência no desenvolvimento de inteligências artificiais, que, à primeira vista, pode parecer distante de ética e compliance, mas que tem impactos profundos na vida das pessoas. O objetivo não é frear o desenvolvimento da tecnologia, mas garantir que seja utilizada para o bem, dando ao usuário final clareza e transparência sobre como essa tecnologia foi desenvolvida e como utiliza seus dados.

Qual é o desafio do Brasil perante o grupo? E qual é o maior desafio compartilhado?

O Brasil, quando se fala em combate à corrupção, infelizmente retrocedeu algumas casas no último relatório da Transparência Internacional.

Porém, ao estimular e incentivar comportamentos positivos, o Brasil tem sido um dos grandes promotores dessas ações no mundo. Em Paris, numa conferência promovida pela CGU (Controladoria-Geral da União), conseguimos trazer para a mesa países como Estados Unidos e França, em compromissos de estímulo ao combate ao comportamento positivo, entendendo que não será apenas a sanção. Historicamente, todos os países atuam muito mais do ponto de vista de punição. Poucos atuam no sentido do estímulo a comportamentos éticos. O Brasil tem liderado essa discussão e esse desafio.

"O Brasil, quando se fala em combate à corrupção, infelizmente voltou algumas casas no último relatório da Transparência Internacional"

-

"Fortalezas viram fraquezas se Brasil não liderar debate"

Dan loschpe Chair do B-20, conselheiro da lochpe-Maxion e VP da Fiesp

Constanza Negri Confederação Nacional da Indústria

S e o Brasil não liderar debates globais nos quais é visto como um importante participante, pode ver suas fortalezas se transformarem em fraquezas.

A avaliação é do empresário Dan loschpe, conselheiro da lochpe-Maxion, chair do B-20 e vice-presidente da Fiesp. "Se nos posicionarmos bem, como líderes de determinadas questões - como universalização dos créditos de carbono, que está na seara da descarbonização, de comércio, investimento, de quase tudo -, passamos a ser mais ouvidos. Se o Brasil ficar fora das mesas, ele, obviamente, não vai ser contemplado e as suas fortalezas vão virar, talvez, fraquezas." Nesta entrevista, loschpe e Constanza Negri, da CNI, que ficou na função de sherpa do B-20 - facilitadora para as negociações -, falam sobre o trabalho realizado ao longo dos últimos meses para dialogar com empresários e governos sobre os temas mais relevantes a serem discutidos em novembro, na cúpula de líderes do G-20.

Por que é importante para o Brasil influenciar os debates globais?

Dan loschpe: Porque a gente consegue alinhar o Brasil a algumas pautas globais e consegue alinhar algumas pautas globais ao Brasil. Se nos posicionarmos bem, como líderes de determinadas questões - como universalização dos créditos de carbono, que está na seara da descarbonização, de comércio, investimento, de quase tudo -, passamos a ser mais ouvidos. Se o Brasil ficar fora das mesas, ele não vai ser contemplado e as suas fortalezas vão virar, talvez, fraquezas. Se nós estivermos na mesa participando - e, quando possível, liderando, temos uma oportunidade muito grande de acelerar o nosso desenvolvimento socioeconômico.

E o do mundo, porque, se acreditamos que o mundo não vai conseguir avançar sem se descarbonizar e se nós somos uma vanguarda nesse aspecto, ao andar nesse tema e compartilhar com o resto dos países e propor caminhos, estamos viabilizando e acelerando o desenvolvimento socioeconômico mundial.

Constanza Negri: A iniciativa do B-20 sempre foi muito relevante para o setor privado brasileiro. Este ano, ela se tornou duplamente relevante.

Porque há a tarefa adicional de coordenar o processo, o que requer um esforço estratégico para olhar temas importantes para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, mas do mundo também.

É transformadora.

Como estruturaram esse trabalho e o que esperam deixar de legado?

Constanza: A ideia é que ele não pare por aqui. No pilar de elaboração de recomendações, entendemos que era necessário simplicidade, foco e profundidade ao mesmo tempo, porque esse é um exercício que, se não é feito, perdemos a possibilidade que o governo escute. Estruturamos o nosso projeto de legado em três pilares. O primeiro é dar continuidade a esse trabalho.

Já estamos trabalhando com a África do Sul e com os EUA, que será (sede) depois da África do Sul. O segundo pilar é o que chamamos do B-20 para a sociedade. Entendemos que as recomendações são importantíssimas, mas elas têm de ser acompanhadas com ações tangíveis, com projetos e contribuições do setor privado. Vamos finalizar uma seleção de uma série de projetos que têm alguns critérios comuns de atender a interesses coletivos. O terceiro pilar é entender que há legado para o Brasil. Vamos escolher dez temáticas iniciais prioritárias para o País e elaborar recomendações.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Prévia da inflação tem forte alta e vai a 0,54%

**CAROLINA NALIN RIO E BRASÍLIA (Colaborou
Bernardo Lima)**

A prévia da **inflação** de outubro, medida pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-15), teve uma alta forte em relação a setembro. O indicador subiu para 0,54%, contra 0,13% do mês anterior, conforme informou ontem o IBGE. O avanço foi influenciado, principalmente, pelo aumento de 5,29% da conta de luz, com a adoção da bandeira vermelha 2 pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que acrescenta R\$ 7,87 a cada 100 kWh consumidos, e pela alta nos preços dos alimentos. Em um mês, as carnes ficaram, em média, 4% mais caras.

O resultado veio um pouco acima do esperado pelos analistas, que projetavam avanço de 0,51%. Em 12 meses, o índice acumula 4,47%, acima dos 4,12% nos 12 meses anteriores e muito próximo do teto da meta de **inflação** pelo IPCA, de 4,5%. O alvo é de 3%, com 1,5 ponto percentual de tolerância para baixo ou para cima. No ano, o IPCA-15 acumula variação de 3,71%.

Alexandre Maluf, economista da XP, explica que o indicador trouxe surpresas sobre preços de alimentação dentro e fora do domicílio, além de alguns serviços. Chamou a atenção de analistas os reajustes em leites e óleo de soja, este último já incorporando efeitos do aumento do dólar, diz Maluf. As carnes também subiram mais que o esperado: a XP projetava 3,8% e veio 4,2%.

HADDAD: **INFLAÇÃO** NA META

A alta do preço do boi, segundo Maluf, já está sendo repassada de maneira "forte e rápida" para o varejo. Ele projeta aumento expressivo nos preços de carne bovina durante o último trimestre, com efeitos secundários em frango, carne suína e ovos. Outra preocupação são os serviços, incluindo pessoais (como manicure e costureira) e médicos (como planos de saúde), que seguem em alta e dificultam o cumprimento da meta de **inflação**.

-É uma **inflação** consistentemente no limite de tolerância do Banco Central, de 4,5%, o que mostra a necessidade de o BC perseverar na política de aperto monetário - avalia Maluf, que projeta duas altas de 0,5 ponto percentual e uma de 0,25 na Taxa Selic até o

início de 2025. -Talvez o BC tenha que ir além para garantir convergência da **inflação** para a meta.

Andréa Ângelo, estrategista de **inflação** da Warren Investimentos, explica que a alta corrente nos preços pode ser repassada para os índices no futuro, por causa da indexação, e piorar expectativas. É o caso do aumento de preços em serviços pessoais, como cabeleireiro. Segundo Andréa, a subida pode ser consequência da alta de custos com a luz mais cara, e esse aumento retroalimenta a **inflação**: -O resultado não é bom e reforça que é preciso aumentar a Selic (hoje em 10,75%) até 12,5% ou 13% ao ano.

Outra preocupação é o dólar, que chegou ao patamar de R\$ 5,70. Andréa explica que o aumento do câmbio ainda não foi totalmente repassado aos produtos e serviços.

A alta das carnes apuradas no IPCA-15 também fez piorar as projeções, levando a Warren a revisar o IPCA de 2024, de 4,6% para 4,75%.

-Os riscos de uma **inflação** mais alta, em tomo de 5%, são reais. Talvez não mais pela energia, que deve melhorar com mais chuvas, mas por causa de alimentos e serviços.

Em Washington para a última reunião de ministros de Finanças e presidentes de Bancos Centrais do G20, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que a **inflação** fechará o ano dentro da meta: -Embora os núcleos (medida que exclui as variações mais fortes) tenham apontado uma variação superior à esperada, mas, se lembrarmos que no mês passado aconteceu exatamente o oposto, no acumulado do ano, estamos entendendo que a **inflação** deve ficar dentro da meta. No meu ponto de vista, tem mais a ver com a questão do câmbio e da seca do que propriamente algum impulso maior dos preços reiterado.

CONTRA FILÉ SUBIU 5%

Dos nove grupos pesquisados pelo IBGE, oito subiram. O destaque ficou com Habitação, com alta de 1,72%, puxada pelo encarecimento da conta de luz de 5,29%. Em seguida aparecem Alimentação e bebidas (0,87%) e Saúde e cuidados pessoais (0,49%). A alimentação no domicílio voltou a subir, 0,95%, após três meses de queda. O contrafilé ficou 5,42% mais

caro, seguido do café (4,58%) e leite (2%).

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Alta do IPCA-15 mostra cenário mais desafiador

Rafael Vazquez e Lucianne Carneiro De São Paulo e Rio

O índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15 (IPCA-15) de outubro apresentou dados "preocupantes" na visão de economistas e pode causar uma onda de revisões para cima nas estimativas de inflação de 2024.

Considerado como a prévia da inflação oficial, o indicador subiu 0,54% em outubro ante setembro e ficou acima da mediana de 0,51% entre as expectativas captadas pelo Valor Data. Com o resultado, o IPCA-15 agora acumula alta de 4,47% em 12 meses. No acumulado deste ano, o índice atingiu alta de 3,71%, segundo o IBGE.

O maior impacto veio da alta de 5,29% no preço da energia elétrica, que responderam por 0,21 ponto percentual da taxa de 0,54% do IPCA-15 como um todo. Isso significa 38,9% da alta do mês. O preço do seguro de veículo subiu 3,64%, o do gás de botijão avançou 2,17%, e o da refeição, 0,70% - este foram os principais impactos altistas na leitura de outubro. Com isso, a inflação dos alimentos no domicílio subiu 7,05% nos 12 meses até outubro, acima dos 4,47% da prévia da inflação em igual período.

Por outro lado, os preços de transportes intensificaram a deflação, de -0,08% para -0,33%, verificada desde setembro, com a contribuição de uma queda de 11,40% nos preços de passagens aéreas e a gratuidade nos transportes públicos durante a votação no primeiro turno das eleições municipais.

Diante desses dados, a equipe do J.P Morgan informou que já revisou a estimativa da inflação de 2024 de 4,5% para 4,7% - portanto, acima do teto da meta perseguida pelo Banco Central.

"Olhando para o futuro, o IPCA-15 [de outubro] parece um prenúncio de um quarto trimestre mais desafiador. Primeiro, o monitoramento de preços no atacado e ao consumidor sugere que os preços dos alimentos vão subir mais, principalmente devido a um pico nos preços da carne, levando a uma surpresa ascendente também em nossas estimativas. Segundo, os efeitos da depreciação cambial sobre os preços dos bens provavelmente permanecerão em vigor", disse em nota enviada a clientes.

O J.P. Morgan também justificou a revisão anunciando que já não espera um desconto temporário nos preços de eletricidade até o fim do ano.

Para o economista-chefe do Goldman Sachs para América Latina, Alberto Ramos, o resultado do IPCA-15 de outubro apresenta uma composição "hostil" devido à disseminação de altas acima do esperado, inclusive nos núcleos de inflação.

Além do índice de Difusão, que mede a proporção de bens e serviços que tiveram aumento de preços no período, ter subido para 58,3% neste mês, vindo de 55,0% no mês anterior, a média dos cinco núcleos do IPCA-15 monitorados atentamente pelo Banco Central acelerou para 0,43% em outubro, ante 0,18% em setembro, de acordo com cálculos da MCM Consultores. Acumulado em 12 meses, a média dos núcleos avançou de 3,60% para 3,81%.

"A surpresa nos núcleos foi ainda maior do que no "headline" [índice cheio]. Tivemos uma

leitura um pouco pior de bens industriais, mas ainda mantendo um nível relativamente baixo. Porém, quando olhamos para serviços, com destaque para serviços subjacentes, vemos uma variação realmente bem pior do que o esperado", afirmou a economista-chefe da Armor Capital, Andréa Damico.

A inflação de serviços subjacentes subiu 0,59% ante o mesmo período do mês anterior. "Vejo uma qualidade pior nos dados que o Banco Central está realmente dando relevância", observa Damico, reforçando a perspectiva de que o Banco Central voltará a aumentar a taxa básica de juros em mais 50 pontos-base na reunião de novembro, para 11,25% ao ano.

Para o economista do banco In-ter André Valério, o IPCA-15 não deve mudar a postura do Banco Central, que já sinalizou que deve elevar mais a taxa de juros na reunião de 6 de novembro, e aumenta a pressão sobre o governo para um ajuste fiscal mais duro.

Segundo Carla Argenta, economista-chefe da CM Capital, o cenário mais fortemente exposto neste IPCA-15 fortalece a posição de aperto monetário do Banco Central. "Para os membros do BC, a economia está trabalhando sem ociosidade e, com a demanda

crescendo, o ajuste se dá via preço. Para contornar isso, a leitura da instituição é que precisa de uma política monetária ainda mais desestimulativa", pontua.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188022?page=1
§ion=2](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188022?page=1§ion=2)**

Campos Neto vê exagero nos preços de mercado

Gabriel Roca e Alexandra Bicca* De São Paulo e Washington

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, voltou a afirmar ontem que os preços no mercado brasileiro parecem "um pouco exagerados". Em sua avaliação, há um desafio global de lidar com o aumento do endividamento após a pandemia de covid-19 e, quando se observa o que o Brasil fez, desde então, "o país está acima da média".

"Uma das conclusões das reuniões do FMI em Marrakesh [em 2023] era que a dívida global e os gastos estavam crescendo muito. O mundo lidou com a pandemia de covid-19 muito bem, mas foram programas caros e o mundo vai ter que endereçar esse problema cedo ou tarde. Quando olhamos o que o Brasil fez, o Brasil está acima da média. Tenho dito isso. Acho que os preços de mercado estão exagerados neste momento", afirmou, em entrevista coletiva ao lado do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no 4-Encontro de Ministros de Finanças e Diretores do BC do G-20, no âmbito das reuniões do Fundo Monetário Internacional (FMI), em Washington.

Campos Neto disse que o BC tem acompanhado o comportamento do mercado local, que vem adicionando prêmios de risco nos ativos, especialmente na curva de juros. "Sobre os prêmios de risco, vimos uma alta nas taxas de longo prazo e nas implícitas. Acreditamos que haverá anúncios de medidas para endereçar, ao menos de modo parcial, a reação dos mercados e a situação fiscal", disse o dirigente.

Ao seu lado, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reafirmou seu posicionamento sobre o fortalecimento do arcabouço fiscal, destacando que "é o que precisa ser feito". Segundo ele, os parâmetros do arcabouço estão postos desde março do ano passado e se necessários serão fortalecidos. "Em março do ano passado nós encaminhamos (o arcabouço fiscal), depois de termos apresentado para toda a área econômica, incluindo o Banco Central, o desenho do arcabouço fiscal. Então do meu ponto de vista não se trata de reformulá-lo, se trata de reforçá-lo", reafirmou o ministro.

As declarações foram observadas pelos agentes de mercado e trouxeram algum alívio às taxas de juros

futuros, que encerraram a sessão de ontem em queda firme.

Campos Neto também afirmou que os preços de mercado não são as únicas variáveis que o Copom observa para a tomada de decisão. "O BC não trabalha com um termômetro sobre o que o mercado está dizendo, o BC trabalha com um modelos internos e projeções. Também há pesquisas com o setor produtivo agora e temos mais instrumentos agora", afirmou.

Segundo ele, o Banco Central está focado em alcançar a meta de **inflação** e fará o que for necessário para alcançar seus objetivos. "As decisões vão ser tomadas de forma técnica", afirmou.

Por fim, Campos Neto também avaliou que o debate fiscal é importante para a autoridade monetária porque impacta o modelo e o processo de tomada de decisão. "É importante para o Banco Central porque é parte do nosso framework e das variáveis que afetam o nosso processo de decisão. Apenas nesta ótica é importante no BC. E é por isso que abordamos o assunto algumas vezes, porque temos que explicar nossa função de reação ao mercado. Minhas respostas sobre esse assunto têm sido muito transparentes", completou.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188022>

Apostas online não aumentaram dívidas, aponta estudo encomendado por bets

Marcelo Gonzatto marcelo.gonzatto@zerohora.com.br

Um estudo elaborado pela LCA Consultoria Econômica em parceria com uma organização que reúne empresas de apostas esportivas sustenta que o tamanho do mercado das bets e seu impacto sobre o orçamento dos brasileiros são inferiores ao estimado em outros levantamentos divulgados recentemente, como uma análise do Banco Central (BC) que projetou repasses de pelo menos R\$ 216 bilhões ao ano às plataformas.

O levantamento da LCA estima que, se forem descontados os valores devolvidos como premiação, o gasto líquido anual com os jogos virtuais ficaria na verdade em cerca de R\$ 16,3 bilhões. O trabalho sustenta que essa despesa não tem provocado um aumento no endividamento geral dos brasileiros, e representa no máximo 0,5% do consumo total das famílias no país hoje.

Nas últimas semanas, uma análise técnica de três páginas divulgada pelo BC ganhou repercussão ao apontar a dimensão bilionária das bets. Esse material deu destaque às transferências feitas via Pix por 24 milhões de apostadores às plataformas, em valores que oscilaram de R\$ 18 bilhões a R\$ 21 bilhões ao mês entre janeiro e agosto. Já o estudo contratado pelo Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR, que reúne algumas das principais empresas de jogo online do país), argumenta que não se pode dimensionar o tamanho desse mercado apenas contabilizando os depósitos feitos pelos apostadores.

-Não é que o Banco Central erre a conta. Eles mesmo estimam que 15% do valor é efetivamente retido pelas casas de aposta. O que não fazem claramente é dizer que, se só 15% são retidos, pelo menos 85% voltam para os apostadores. Esse mercado é grande, mas não é um monstro - sustenta o diretor da LCA Eric Brasil.

Bolsa Família O levantamento financiado pelo IBJR sustenta ainda que o percentual das transferências que fica com as plataformas seria, na realidade, inferior ao estimado pelo BC: seria de aproximadamente 7%, o que resultaria na receita anual de R\$ 16,3 bilhões calculada pela LCA ao aplicar esse índice sobre todos os depósitos feitos ao longo de um ano. Pelo indicador do BC, a receita ficaria em cerca

de R\$ 35 bilhões.

Somente em agosto, beneficiários do Bolsa Família desembolsaram R\$ 3 bilhões para arriscar a sorte online, conforme o BC.

-Não queremos dizer que a discussão sobre o uso do Bolsa Família não seja legítima. Mas ela precisa ocorrer com base em dados reais. Se forem descontadas as premiações, o gasto líquido em agosto ficaria em R\$ 450 milhões, o que corresponderia a 3% do valor do programa, e não em R\$ 3 bilhões - observa Brasil.

Procurado por Zero Hora, o Banco Central comunicou que não se manifestaria. A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) informou não dispor de análise própria sobre o impacto das apostas. Em nota, acrescentou que propõe "a criação de um grupo de trabalho multissetorial para aprofundar os estudos e avaliações sobre os impactos da atividade das bets no Brasil, ter um diagnóstico preciso da situação e avaliar o impacto das apostas virtuais sobre a renda das famílias." _

-

Divergências no resultado sobre orçamento

O estudo da consultoria LCA também foca em avaliar o impacto sobre o endividamento e o consumo dos brasileiros. Na avaliação, a receita anual das bets corresponde a uma proporção de 0,2% a 0,5% do total de consumo das famílias - o percentual varia conforme as estimativas de diferentes fontes utilizadas como referência pela LCA, seja o estudo do Banco Central ou de outras instituições financeiras. Em relação ao **PIB**, a participação do setor de apostas responderia por uma fatia de 0,1% a 0,3% da riqueza nacional.

Outro indicador citado no estudo é o percentual de famílias endividadas calculado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Nos últimos 12 meses, a proporção de pessoas com dívida, em inadimplência ou sem condições de pagar os compromissos vêm oscilando em um mesmo patamar.

- O mercado é grande, mas não a ponto de dizer que temos um problema sistêmico e as famílias estão

ficando endividadas de maneira generalizada, ou que o comércio varejista está deixando de crescer por conta das apostas - complementa Eric Brasil.

Varejo Um outro estudo da CNC, porém, diz que o dinheiro captado pelas plataformas de aposta, ao deixar de ser empregado em outros setores como o comércio, reduziu a previsão de crescimento do varejo de 2,2% para 2,1% neste ano no Brasil. Embora os patamares globais de pessoas endividadas ou com dívida em atraso se mantenha estável desde o ano passado, indica ainda que 1,3 milhão de brasileiros teriam entrado em situação de inadimplência no primeiro semestre principalmente por conta das apostas.

- Esse 1,3 milhão foi distribuído ao longo do ano, e temos um movimento de entrada e saída de inadimplentes, o que pode amenizar variações na média geral - explicou o economista-chefe da CNC, Felipe Tavares. _

"Esse mercado é grande, mas não é um monstro."
Eric Brasil Diretor da LCA

Mercado no Brasil

Análises mostram diferentes cenários sobre impacto das apostas

1 TRANSFERÊNCIAS DE APOSTADORES

Banco Central: aponta repasses mensais via Pix entre R\$ 18 bilhões e R\$ 21 bilhões às plataformas. Esses valores resultariam em R\$ 216 bilhões a R\$ 252 bilhões anualmente.

LCA: toma como base um valor médio de R\$ 19,5 bilhões em transferências mensais. Esse valor resultaria em R\$ 234 bilhões repassados ao ano.

2 O QUE FICA COM AS BETS

Banco Central: estima que as plataformas retenham 15% das apostas. Isso resultaria em cerca de R\$ 35 bilhões de receita anual.

LCA: calcula que as bets ficam com 7% das apostas. Isso resultaria em cerca de R\$ 16,3 bilhões de receita anual.

3 USO DO BOLSA FAMÍLIA Banco Central: destaca que beneficiários repassaram R\$ 3 bilhões a bets em agosto.

LCA: dos R\$ 3 bilhões transferidos, no máximo R\$ 450 milhões ficariam com as bets (aplicado índice de 15% de retenção).

4 ENDIVIDAMENTO GERAL

Banco Central: não analisou esse parâmetro.

LCA: sustenta que média de famílias endividadas no país se mantém estável nos últimos meses. Em setembro de 2023 foram 77,4% de famílias endividadas enquanto em 2024 foram 77,2%.

Com dívidas em atraso foram 30,2% ano passado e 29% neste ano.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20241025&edicao=30493>